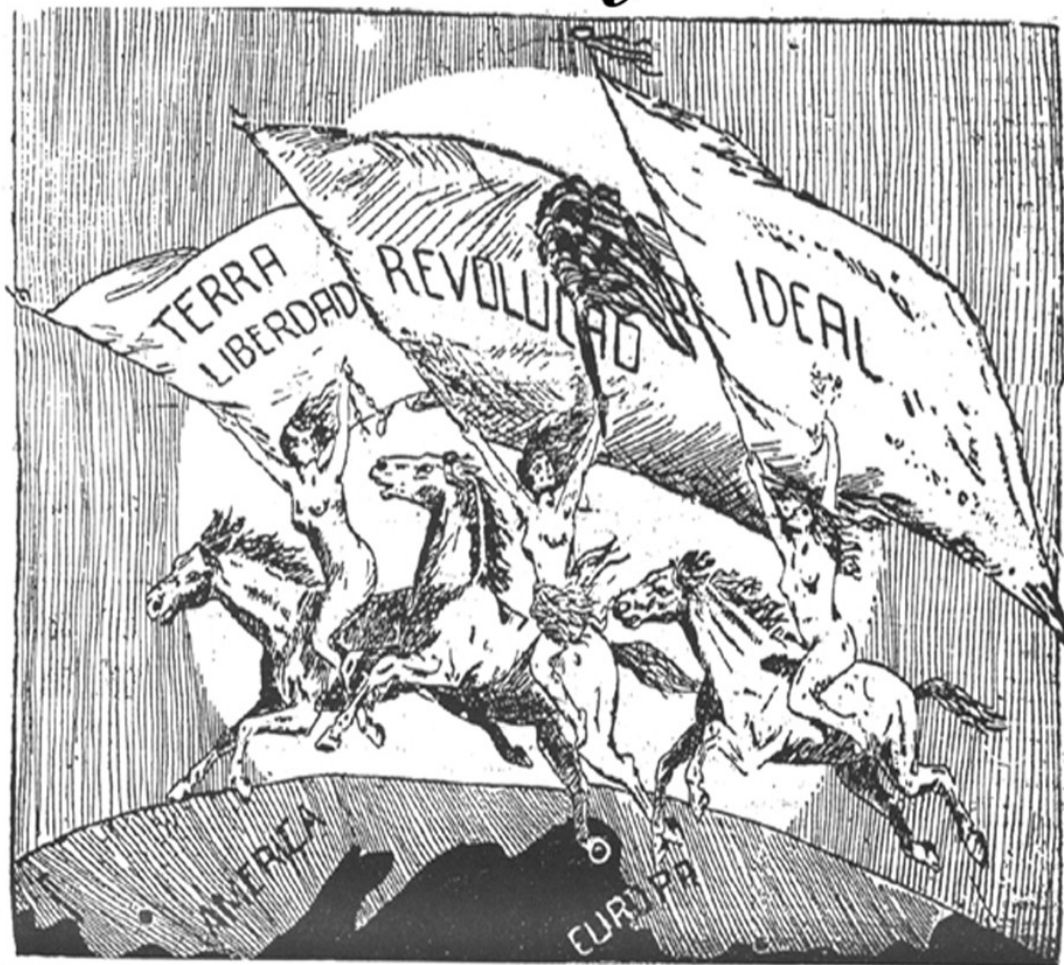


Organização Anarquista



na Guerra Civil Espanhola

Coletânea de textos

Sobre este livreto...

Os textos aqui selecionados, ligados à temática da atuação anarquista na Guerra Civil Espanhola de 1936, têm em seu conjunto o objetivo de incentivar o aprofundamento na questão das formas de organização anarquista utilizadas no período, e, sobretudo, à reflexão individual e coletiva no que se refere às nossas atuais concepções de organização; esta experiência oferece a nós inúmeros exemplos, erros e acertos, que ainda hoje podem nos levar a debates de muita importância.

Os dois primeiros textos foram publicados a caráter de introdução dos fatos. Todas as fontes são citadas no início dos textos. Para mais informações e materiais sobre o assunto, entrem em contato!

Saúde y Resistência,
Imprensa Marginal
2006

Cx. Postal 665 Cep 01059-970 São Paulo/SP
Imprensa_marginal@yahoo.com.br

Índice

A Revolução Espanhola

pág. 3

As coletivizações na Espanha

pág. 10

O Federalismo Libertário

pág. 17

Más de las Matas e sua comarca

pág. 26

Sobre a Guerra Civil de Espanha

pág. 33

**Quando a Espanha revolucionária vivia em
anarquia**

pág. 41

Os anarquistas na Guerra Civil Espanhola

pág. 47

A Revolução Espanhola

(introdução do livro "Espanha Libertária – a revolução social contra o fascismo", Editora Imaginário).

Quando das eleições de 1933, a esquerda política, majoritária no país desde os anos 30, fracassa por pouco em sua conquista do poder. A principal força social, o sindicato C.N.T. (*Confederación Nacional Del Trabajo*, criada em 1911) e sua irmãzinha, a F.A.I. (*Federación Anarquista Ibérica*. Reagrupando os libertários da Espanha e de Portugal, criada em 1927) recusaram-se, com efeito, a participar do processo eleitoral, fiéis às suas concepções de revolução social. O boicote foi muito eficaz.

Em contrapartida, em maio de 1936, a C.N.T. decide não pronunciar a palavra de ordem eleitoral, mas deixar os aderentes livres para decidir diante de uma esquerda que fez concessões e, notadamente, em caso de vitória eleitoral, a libertação imediata de dezenas de milhares de prisioneiros políticos, dos quais 80% eram anarquistas. É o maremoto. A Catalunha elege como presidente da *Generalitat*¹ Luis Jover Companys. É o começo do que se passou a chamar de *Revolução Espanhola*.

Desde os anos 20, a C.N.T. é um sindicato poderoso que não tem burocracia, aparelho, permanentes pagos (um único funcionário remunerado!). Ela reúne, contudo, mais de um milhão e meio de aderentes, em 1936, sobre vinte e quatro milhões de habitantes! Apenas como comparação, um partido político como o P.O.U.M. conta apenas com dez mil aderentes na mesma época. Todos os quadros da C.N.T. trabalham em fábrica ou escritório. Seu principal jornal é *Solidariedad Obrera* (diário), e o da F.A.I., *Tierra y Libertad*. Suas atividades são múltiplas e não se limitam às portas das empresas: associações de jovens, de mulheres, alfabetização e escolas populares, ateneus nos vilarejos mais ermos... A C.N.T. estrutura realmente uma contra-sociedade libertária.

Com a chegada dos republicanos, a sociedade espanhola começa a respirar mais... a Espanha ainda está no Marrocos, como colonialista. Revolucionários marroquinos querem sublevar-se em julho de 36, apoiados pela C.N.T., e inclusive por Companys. Este, contudo, necessita do sinal verde dos socialistas franceses, os únicos que podem fornecer as armas necessárias. Leon Blum recusa toda ajuda. A insurreição não acontecerá.

Esse detalhe é fundamental. A guerra civil poderia ter sido evitada por essa iniciativa. É, com efeito, no Marrocos espanhol que os facciosos vão preparar e iniciar seu *putsch*. A sublevação fascista assume o lugar da outra, emancipadora, que deveria ter ocorrido. À sua frente, logo brilha um certo Francisco Franco, conhecido pela selvageria com que reprimiu a revolta dos mineiros das Astúrias em 1934. Estamos em 17 de julho de 1936...

No dia 18 ocorre o *putsch* no território espanhol. A C.N.T. de pronto conclama para a greve geral insurrecional (efetiva desde a noite do dia 18). No dia seguinte, 19 de julho, a Andaluzia é tomada. No dia 21, a terça parte

¹ Governo catalão.

do país está nas mãos dos golpistas, mas eles são barrados na Catalunha e em Madri.

Na Catalunha, o presidente Companys propõe a C.N.T. a tomada do poder político. Garcia Oliver, representando a C.N.T., recusa a oferta. O poder, então, está nas ruas, e os anarquistas, ainda ontem perseguidos, vêm-se à frente da *Aliança Revolucionária Antifascista*. Joaquim Ascaso, Durruti, Garcia Oliver dirigem o *Comitê das milícias antifascistas*, formado em 23 de julho. A C.N.T. organiza a retomada do trabalho e a reativação da produção; ela controla a imprensa, a rádio, as grandes manifestações populares.

Alhures, também, a C.N.T. tem o poder social de fato, como em Aragão, por exemplo, cujos prefeitos e líderes republicanos fugiram como pardais. Só as comunas resistem, autogerindo-se durante a luta.

Nos lugares mantidos pela C.N.T., os responsáveis organizam a distribuição dos bens de consumo, estabelecem um salário familiar, reorganizam as finanças locais, imprimem bônus de consumo (tendo sido suprimido o dinheiro) obedecendo ao critério de pontuação, montam cooperativas e lojas municipais nas quais reintegram os comerciantes que não fugiram, salvam a colheita de julho (não esqueçamos que os homens estão todos na frente de batalha), requisicionam as máquinas agrícolas e os gados, conclamam todos ao trabalho, em particular as mulheres.

A coletivização é mais ou menos intensa segundo as localidades. Elas só podem contar com suas próprias forças. No exterior, não haverá apoio das democracias parlamentares européias. Para elas, o perigo revolucionário é maior que o perigo do fascismo. Na França, o *Front Populaire* nada fará... pela segunda vez.

Desde o outono de 1936, ocupando o espaço deixado vago pelos países europeus, Stalin promete fornecer regularmente armas à República. Em troca, o governo legal deverá frear por todos os meios o processo de emancipação social (que daria um grande mau exemplo aos últimos revolucionários ainda em vida na U.R.S.S.). Aí também, uma revolução não-leninista, antiautoritária, é mais perigosa para Moscou que o perigo fascista. Por sinal, os comunistas russos estão prestes a concluir um pacto com Hitler, e logo irão fornecer armas a Mussolini para invadir a Etiópia.

Stalin sendo o único fornecedor de armas possível, é ele ou ninguém. As armas soviéticas só excepcionalmente chegarão no *front* sustentado pelos milicianos anarquistas e pelos do P.O.U.M., enquanto os comunistas nas cidades da retaguarda estão abarrotados delas (elas ser-lhes-ão muito úteis, logo em seguida, na repressão).

Lembremos que, em 36, o Partido Comunista Espanhol é quase inexistente. Para se opor às organizações libertárias, Stalin vai ter de criar um nos seus moldes, utilizando e cooptando os trabalhadores de direita, os outros sendo todos da C.N.T. ou da U.G.T., o outro grande sindicato, socialista. Ele utilizará a fundo, para isso, as *Brigadas Internacionais*. Os comunistas se infiltrarão na polícia, no exército, na burocracia e ali assumirão os cargos de responsabilidade. Para recrutar, os stalinistas reúnem, facilmente, os camponeses ricos, os burgueses moderados, hostis à autogestão e às coletivizações. A direita, aquela que se camufla, retornará

com toda força, discretamente, por intermédio das administrações controladas pelo P.C.E.

Em 26 de setembro de 1936, a C.N.T. (e o P.O.U.M.) aceita participar do governo da Catalunha rebatizado na ocasião de *Conselho de Defesa Regional*.

Em 22 de outubro de 1936, os dois sindicatos, C.N.T. e U.G.T. unidos, precisam seus objetivos: expropriação dos grandes capitalistas, coletivização de suas empresas, manutenção dos pequenos produtores.

Em 21 de novembro de 1936, atingido por uma bala (perdida?) no pulmão, Durruti tomba durante a batalha de Madri.

Diante da ameaça fascista sobre a capital, e sob a insistência dos socialistas e do secretário geral da C.N.T., Horacio Prieto, cenetistas aceitam entrar no governo Largo Caballero. Juan Garcia Oliver ocupa a Justiça, Juan Peiré a Indústria, Juan López Sánchez o Comércio, e Federica Montseny a Saúde. Alguns dirão que eles servirão de álibi a uma "esquerda" que ainda não consegue reduzir a influência dos libertários junto à população.

Em dezembro de 36, Stalin replica: dará seu apoio oficial ao governo, em troca de postos-chaves no *Conselho Supremo de Segurança*, a polícia política. Dois dias depois, a *Pravda* anuncia sem nenhuma vergonha: "Na Catalunha, já começou a limpeza dos trotskistas e dos anarco-sindicalistas. Ela será conduzida com a mesma energia empregada na U.R.S.S.". Já logo após a proclamação da República, *La Batalla* (comunista) escreve o título: "Faísmo = Fascismo".

O governo Caballero deslizará pouco a pouco para a obediência servil a Stalin, e abandonará os elementos de sua soberania aos stalinistas locais ou internacionais. Em 24 de dezembro, por exemplo, ele proíbe o porte de armas fora da linha do *front*. Quando os comunistas traírem seus "aliados", o povo já não poderá defender-se. A partir do dia 27, uma campanha de difamação é lançada contra o P.O.U.M., o Partido Operário de Unificação Marxista.

É o princípio da confusão ideológica à "esquerda", em particular nas Brigadas Internacionais, compostas de militantes de todos os países, vindos em auxílio, e que serão sabiamente manipulados por Stalin. O Komintern (3ª Internacional), por sinal, infiltrou, desde há muito, as fileiras das Brigadas com seus comissários políticos. Aqueles que tiverem bem servido e preparado a grande traição de Maio de 37 serão copiosamente recompensados após a guerra; por exemplo, Tito, Togliatti, ou Enrico Berlinguer, são alçados ao cimo de seus respectivos partidos.

O massacre começa em surdina. Liquidações bizarras passam despercebidas. O ministro do abastecimento, um homem de direita moderado, Comorera, suprime em janeiro de 37 os *Comitês de Abastecimento* e os *Comitês do Pão*. Às claras, isso significa a organização deliberada da penúria, em particular para os combatentes do *front*.

Desde abril, são as armas que já não chegam (absolutamente) na Catalunha. Esse boicote geral da revolução é obra dos stalinistas, mas também dos social-democratas de direita, e da direita moderada (este termo designa a direita não-franquista, aquela que respeita a decisão das urnas).

E o que fazem a C.N.T. e o povo libertário durante esse tempo? Nem todos os membros do sindicato são anarquistas, longe disso, mas todos vão defender de unhas e dentes a autonomia, a autogestão e a democracia direta adquiridas na luta.

Em Caspe, meados de fevereiro, as coletividades de Aragão federam-se: duzentos e setenta e cinco vilarejos, agrupados em vinte e cinco federações, representam cento e quarenta mil membros ativos. Número que doravante não cessará de crescer.

As fronteiras entre os vilarejos são desfeitas, voluntários deslocam-se de uma comuna à outra, as florestas são recuperadas, os gados aumentados, as sementes plantadas, criam-se fazendas e hortas experimentais, os pequenos proprietários são autorizados a permanecer fora das coletividades, mas, em contrapartida, não se beneficiam dos resultados. Todavia, os bens dos franquistas são tomados, os camponeses assumem o poder em suas fazendas. Criam-se escolas técnicas, organizam-se o lazer e a cultura, o desemprego desaparece como por encantamento, os salários são pagos por semana, os refugiados acolhidos pelas comunas. Um conselho de defesa substitui o prefeito. Tudo isso é detalhado no extraordinário livro de Gaston Leval, *Espagne Libertaire*, publicado em 1983.

Convocam-se as pessoas para as colheitas, de ambos os sexos e de todas as idades, rua por rua, bairro por bairro. As colheitas alimentam também as milicianas e os milicianos do *front*. Em muitos lugares suprimiu-se o casamento, mas cada novo casal tem direito a uma moradia mobiliada. A eletricidade é produzida pelas coletividades locais, utilizando as quedas d'água; uma barragem é construída em Villajoyosa para irrigar um milhão de amendoeiras. Esse verdadeiro milagre econômico (tendo em vista o prazo e as circunstâncias) é obra de uma sólida organização, de uma tradição de auto-educação e de um imaginário trabalhado por décadas pela C.N.T. Equipes coletivas dedicam-se a um problema particular, e trabalham em vários vilarejos simultaneamente.

No Levante, os camponeses inclusive inventam uma nova sobremesa, o "mel de laranja"! Alhures, um novo alimento para as aves.

Contra o analfabetismo, criam-se milhares de escolas; na Universidade Agrícola de Moncada, uma escola de secretariado (trezentos alunos). As comunas ricas ajudam as mais pobres. Num restaurante socializado, uma refeição custa quatro vezes menos que num restaurante normal. A produção cresce de maneira clara em toda parte. Para isso, os libertários não hesitaram em desviar os cursos d'água, cultivar a terra, construir moinhos, fazendas, refeitórios, creches.

Nos sindicatos, a coletivização segue o mesmo curso. Nas fábricas coletivizadas pode-se ler *Incantado* (sob o controle dos trabalhadores). Inclusive as dívidas dos capitalistas passam sob sua responsabilidade. Pela primeira vez os bondes funcionam bem na Espanha; são pintados de vermelho e negro, as cores da revolução.

Tudo isso em alguns meses! Durante esse breve período de poder real, os libertários organizam ou reorganizam o abastecimento de água, gás, eletricidade, as ferrovias, a medicina, a instrução pública (com a colaboração das outras tendências republicanas), as maternidades, os

estabelecimentos de moagem. Em Elda, criam-se até mesmo novecentos novos modelos de calçados. Em Barcelona, instala-se um novo teleférico.

No *front*, as colunas realizam milagres cotidianos malgrado o boicote das armas e das munições pelos comunistas da retaguarda. A *Coluna Durruti* é a mais extraordinária e a mais respeitada. Mas também há a *Coluna de Ferro*, composta de presidiários, detentos e outros, libertados pela revolução. Nutridos pelos camponeses, eles armaram-se com as armas do inimigo... ou as roubaram. Mal-vistos pelos republicanos (que os tratam de bandidos ou, pior, *incontrolados*), eles revelaram-se, contudo, os mais confiáveis revolucionários, no combate bem como na vida cotidiana. Os proprietários estão aterrorizados, os comunistas querem liquidar os milicianos da *Coluna de Ferro*. Muito igualitaristas, não receberão soldo por vários meses; os delegados possuem o mesmo estatuto e a mesma vida. Em março de 1937, eles serão integrados ao exército regular... melhor dizendo, desintegrados.

Em março de 37, em Barcelona, os primeiros embates provocados pelos stalinistas são imediatamente apartados pelos ministros da C.N.T. Mas, em maio, é o ataque definitivo dos comunistas e da direita contra a C.N.T.-F.A.I. e o P.O.U.M. A semana sangrenta de Barcelona começa em 3 de maio de 37. Conquanto o conflito seja latente, a traição dos stalinistas estupefica a maioria dos combatentes.

O chefe (comunista) da polícia, Rodriguez Sala, sem prevenir o governo, assina ele próprio a ordem da missão. Os combates são terríveis em torno da central telefônica mantida pela C.N.T. desde julho de 36, e que os operários anarco-sindicalistas autogerem desde então. Na Catalunha, a greve é geral, todos estão nas ruas, armados.

Mas Rodriguez Sala preparou bem seu golpe. Nos meses precedentes ele constituiu as *Guardas de Assalto*, uma polícia política armada de onze mil homens (que teriam sido tão úteis no *front*). Ao som dos sinos, os anarquistas batem-se com fuzis, pistolas e granadas contra a artilharia, as metralhadoras e os tanques stalinistas... esse mesmo material que Durruti reivindicava há meses e que, segundo diziam, encontrava-se em algum lugar do *front*!

Desta vez, os ministros da C.N.T. não detêm nada. Cegos, eles buscam inclusive acalmar os libertários armados de Barcelona, desencadeando seu furor. Eis-los traídos por todos os lados. Há alguns meses os operários comunistas sabotam as empresas autogeridas, enquanto as autoridades "requisitam" o material necessário para fazê-las funcionar. Dizem que é para enviar ao *front*, que o exige, certamente, mas... nunca o receberá. Entrepostos inteiros serão constituídos com máquinas e material estocado para nada.

Os combates entre anarquistas e comunistas duram até o dia 6². Os stalinistas tomaram o centro da cidade, a C.N.T. está nos bairros. A ordem de recuo é dada pelo secretariado nacional da C.N.T. e a *Solidariedad Obrera* pede calma.

Com o retorno da calma, o governo envia seis mil homens desarmar os anarquistas. Oficialmente todos devem depor as armas, mas as *Guardas de*

² Em relação a esse assunto, ver a última parte do filme de Ken Loach, *Terra e Liberdade*.

Assalto serão autorizadas a conservar as suas! Os embates provocam quinhentas mortes, mil feridos. O governo central está doravante em Valência, a C.N.T. vencida e a F.A.I. declarada ilegal. Ao mesmo tempo, a sede do P.O.U.M., no hotel Falcon, praça do Teatro, transformou-se em fortaleza com barricadas e sacas de areia, e os terraços cheios de milicianos. Eles também cessarão os combates. A bem da verdade, o trágico recuo dos dirigentes da C.N.T. foi muito mal aceito. Os *Amigos de Durruti* (não confundir com a coluna do mesmo nome), que era um dos grupos mais decididos, mesmo após a morte de Durruti, propõem continuar o combate. Mas eles não serão seguidos.

A crise governamental chega como anunciada. É a direita dos republicanos que assume o poder... no papel. De fato... são os comunistas. Eles são os únicos a estar suficientemente organizados, militarizados. Ministros stalinistas encontram-se nos postos-chaves. A repressão será terrível. Pilhagens, assassinatos, detenções ilegais (sem informar ao governo legal), prisões privadas no N.K.V.D. (quinze mil prisioneiros!)... será a parte dos revolucionários.

Em agosto, é proibido criticar Stalin e a U.R.S.S. O Conselho de Defesa de Aragão, último bastião libertário, é liquidado, e seu presidente, Joaquim Ascaso, preso.

Nos campos, Uribe, o ministro comunista da agricultura, vai sistematicamente destruir toda as coletividades agrárias, tudo o que fora construído durante esses meses de revolução, com raro encarniçamento. As divisões do novo exército republicano, dirigido pelos comunistas, quando elas vão ao *front*, são enviadas contra os camponeses das comunas autogeridas. Seu principal chefe é o sinistro Lister, que mostrará menos entusiasmo diante de Franco alguns meses mais tarde (ele fugirá, simplesmente). É Lister que utilizará as Brigadas Internacionais para dissolver as coletividades.

Desde 1938 os grandes proprietários são convidados a recuperar suas terras. Nas fábricas, as estruturas autogestionárias são liquidadas à viva força.

A ordem logo reina. Quando os franquistas chegarem, não terão muito trabalho. Ele foi feito pelos comunistas. A traição, autorizada pelo governo legal, lembra aquela da Comuna de Paris, em que Thiers pactuou com o ocupante alemão para esmagar a Comuna, bem mais perigosa para ele que as tropas prussianas.

Depois de ter liquidado as milícias populares, restauram-se, no exército, as patentes, a continência, a farda, a hierarquia, suprimidas pelos revolucionários. O soldo dos oficiais é de novo superior ao dos soldados.

A calúnia vai de vento em popa. O complô "anarco-trotskista" é retomado vivazmente pela imprensa estrangeira, sem nuances, seja ela pró-nazista ou pró-stalinista. No conjunto, ela diz a mesma coisa em ambos os casos. A imprensa socialista espanhola realizará a proeza de não falar uma palavra dos acontecimentos de maio de 37 em Barcelona!

Uma vez liquidada a revolução, Stalin não enviará mais armas, como se a continuação das operações não fosse mais que um detalhe sem importância. Seus partidários se farão varrer muito mais facilmente. Quanto às armas por

ele fornecidas, elas ser-lhe-ão pagas com o ouro da República. Além de Orlov, seu principal testa-de-ferro é Antonov-Ovseenko, que havia combatido Makhno na Ucrânia. Em pouco tempo Stalin vai livrar-se dele, pois ele faz decididamente demasiado bem seu trabalho. Quanto a Lister, ele sobreviverá. Ele será, até os anos 1980, o líder do P.C. ortodoxo refugiado em Moscou (e oposto àquele de Carillo, o "eurocomunista"). Foram esses homens que conduziram a revolução, que mandaram assassinar os líderes da revolução espanhola, Camilo Berneri (um dos dois líderes italianos da coluna Ascaso, grande militante anarquista), Nin, Landau, Wolf, Moulin, Barbieri.

A C.N.T., cujos melhores elementos tinham morrido na guerra dos primeiros meses contra os franquistas, e cujos outros tinham sido liquidados pelos comunistas, já não soube reagir a essa ofensiva. E, depois, as democracias parlamentares européias fizeram-se, enfim, ouvir. Desde maio de 37, três navios ingleses foram "proteger os interesses britânicos", prontos para intervir. Isso desempenhou um papel na desmoralização do campo revolucionário.

George Orwell, uma das melhores testemunhas dessa guinada da revolução, ele próprio socialista engajado nas fileiras do P.O.U.M., narra o terrível efeito que fez a propaganda stalinista sobre os combatentes, nem sempre a par das sutilezas da luta pelo poder: "Assim, eis o que éramos segundo os comunistas: trotskistas, fascistas, traidores, assassinos, covardes, espiões, etc. Imaginem todo o odioso de ver um jovem espanhol de quinze anos trazido do *front* sobre uma padiola, emergindo das cobertas, rosto exangue, estupefato, e pensar que esses senhores em trajes impecáveis estão, em Londres e Paris, escrevendo tranqüilamente brochuras para provar que esse rapaz é um fascista disfarçado. Um dos aspectos mais abomináveis da guerra, é que toda a propaganda de guerra, os berros, as mentiras e o ódio, tudo isso é invariavelmente a obra de pessoas que não combatem. Os milicianos do Partido Socialista Unificado da Catalunha (P.S.U.C., fusão do Partido Comunista e do Partido social-democrata), que conheci no *front*, os comunistas das Brigadas Internacionais que me aconteceu de encontrar, nunca me chamaram, nem uns nem outros, de trotskista ou traidor; eles deixavam isso aos jornalistas da retaguarda".

De chacais de retaguarda, a França e a Inglaterra estavam repletas. *L'Humanité* de maio de 1937 trazia por título: *Putsch Hitleriano*. Mas ele não visava àqueles que fizeram a cama de Franco; visava aos revolucionários.

Que a base do Partido Comunista tenha ficado afastado disso, como dá a entender Orwell, nenhum dúvida. Inúmeros combatentes do *front*, membros das *Brigadas Internacionais*, de volta à Rússia, serão por sua vez liquidados.

É quase inútil contar o que se seguiu a isso. Franco não tinha esperado de braços cruzados. Ele não teve nenhuma dificuldade para anular os exércitos republicanos esvaziados de seu ardor revolucionário (questionava-se aí também malgrado a propaganda). A República foi vencida. Companys fugirá para a França. Não foi uma grande idéia. Pétain entregou-o a Franco. Ele será fuzilado em 1940.

Centenas de milhares de republicanos espanhóis foram encerrados em campos de trânsito na França antes de imigrar para toda a Europa. Sua

experiência libertária enriquecerá o conjunto do movimento internacional. Anarquistas espanhóis prosseguirão o combate contra o fascismo, notadamente na resistência francesa. Nós os reencontraremos, na divisão Leclerc, quando da liberação de Paris em 1944...

As coletivizações na Espanha

Augustin Souchy - *Le Monde Libertaire*, verão de 1976

(do livro "Espanha Libertária - a revolução social contra o fascismo", Editora Imaginário)

A rebelião militar de 19 de julho de 1936 teve profundas conseqüências para a vida econômica da Espanha. A luta contra o clã econômico-clerical só foi possível com a ajuda da classe operária. Entregue às suas próprias forças, a burguesia republicana teria sido esmagada. Assim, ela teve de posicionar-se ao lado do proletariado. Com efeito, em 1934, quando a esquerda catalã quis conduzir a luta contra Madri sem os operários, e até mesmo contra os anarquistas e os sindicalistas, foi Madri que ganhou a parada. Os defensores da autonomia catalã foram esmagados. Após sua derrota, Madri foi à revanche. Os chefes catalães, encabeçados por Companys, foram condenados a vários anos de prisão.

Para evitar o mesmo perigo, a pequena burguesia, desta vez, teve de aliar-se aos sindicatos e aos anarquistas. Esta aliança não podia limitar-se ao terreno político. Os sindicalistas e os anarquistas tinham feito más experiências com a república burguesa. Não se devia imaginar que eles se contentassem em sufocar a rebelião clerical-militarista. Devia-se esperar pela implantação de uma mudança do sistema econômico. Eles não podiam, com efeito, continuar a tolerar a exploração econômica, base, a seus olhos, da opressão política.

A greve geral, desencadeada pela classe operária, medida de defesa contra a rebelião, paralisou durante oito dias toda a vida econômica. Assim que a rebelião foi anulada, as organizações operárias decidiram pôr fim à greve. Os sindicatos da C.N.T., em Barcelona, foram convencidos de que a retomada do trabalho não podia se fazer nas mesmas condições anteriores. A greve geral não foi uma greve que tinha por fim a defesa ou a melhoria dos salários. Não se tratava, com efeito, de obter salários mais elevados ou de melhores condições de trabalho. Nenhum dos patrões se encontrava lá. Os trabalhadores não deviam apenas retomar seus postos de trabalho, no trem, no bonde ou nos escritórios. Eles deviam também se encarregar da direção geral das fábricas, das oficinas, das empresas, etc. Em outras palavras, aos operários e empregados, ocupados em todos os setores da economia do país, incumbia, doravante, a direção da indústria e de toda a vida econômica.

Não se pode, contudo, falar de uma socialização ou de uma coletivização aplicada segundo um plano bem traçado. De fato, não houve praticamente nada de preparado de antemão, tudo teve de ser improvisado. Como em todas as revoluções, a prática superou a teoria. As teorias foram, com

efeito, superadas e modificadas conforme as exigências presentes da realidade. Os partidários da idéia segundo a qual não se pode estabelecer uma nova organização social senão pela via de uma evolução pacífica, estavam tão errados quanto aqueles que acreditavam que era apenas por um ato de violência que um novo sistema social ou econômico podia ser posto em prática, se o poder político caísse na mãos da classe operária. Essas duas opiniões revelaram-se errôneas. E a única opinião justa foi a seguinte: o poder militar, policial e público do Estado capitalista devia ser quebrado para deixar a via livre ao estabelecimento de novas formas sociais.

Se considerarmos a sucessão dos acontecimentos em Barcelona, e em muitas outras localidades da Catalunha e da Espanha, constatamos que a realidade aproxima-se fortemente dessas teorias. Os poderes públicos passaram às mãos dos anarco-sindicalistas e dos partidos políticos da classe operária e da pequena burguesia.

Tais foram as mudanças no terreno político. No terreno econômico, os sindicatos agiram sozinhos. Após o 19 de julho de 1936, os sindicatos da C.N.T. encarregaram-se da produção e do abastecimento. Os sindicatos, de início, esforçaram-se para resolver a questão mais urgente: a de assegurar o provimento da população. Em cada bairro, cozinhas foram instaladas nos locais dos sindicatos. Comitês de abastecimento (Comitês de Abastos) ocuparam-se de buscar víveres nos armazéns centrais da cidade ou no campo. Esses víveres eram pagos com bônus cujo valor era garantido pelos sindicatos. Cada membro dos sindicatos, as mulheres e os filhos dos milicianos, e também a população em geral, foram alimentados gratuitamente. Durante as jornadas de greve, os operários não receberam nenhum salário. O Comitê das milícias antifascistas decidiu pagar aos operários e empregados a soma correspondente ao que eles teriam recebido se tivessem trabalhado durante esses dias. Essa vida econômica sem circulação de numerário durou duas semanas. Quando o trabalho recomeçou, e que a vida econômica retomou seu curso, reiniciou a circulação monetária.

A primeira fase da coletivização começou quando os trabalhadores tomaram sob sua responsabilidade a exploração das empresas. Em cada oficina, fábrica, escritório, loja, delegados sindicais foram nomeados para se ocupar da direção. Amiúde, esses novos dirigentes não tinham preparação teórica e eram poucos os seus conhecimentos de economia nacional. Entretanto, tinham um profundo conhecimento de suas necessidades pessoais e das necessidades do momento. A questão dos salários, dos preços, da produção, da relação desses fatores entre si, nunca foi estudada por eles de um modo científico. Eles não eram nem marxistas, nem proudhonianos. Mas conheciam seus ofícios, o processo de produção de suas indústrias, sabiam aconselhar. Seu espírito de iniciativa e invenção supria a falta de preparo. Em algumas fábricas da indústria têxtil, confeccionaram-se lenços de seda, em vermelho e negro, com a impressão de um texto antifascista. Esses lenços foram postos à venda. "Como vocês calcularam os preços? Como estabeleceram a margem de lucro", perguntou um jornalista estrangeiro e marxista: "Nada conheço do que concerne à margem de

lucro”, respondeu o operário a quem se fazia estas perguntas. “Nós procuramos nos livros o preço da matéria-prima, calculamos as despesas usuais, acrescentamos um suplemento com vistas a um fundo de reserva, adicionamos a soma dos salários, acrescentamos um suplemento de 10% para o Comitê das milícias antifascistas, e o preço foi estabelecido”.

Desse modo se efetuou, na maioria das empresas, a direção da produção pelos operários. Os patrões que se opunham à nova gestão econômica foram postos na rua. Eles eram admitidos como trabalhadores se aceitassem o novo estado de coisas. Neste caso, ocupavam-se como técnicos, diretores comerciais, ou até mesmo como simples operários. Recebiam um salário correspondente àquele de um operário ou de um técnico segundo seu ofício.

Esse começo e essas mudanças foram relativamente assaz simples. As dificuldades surgiram mais tarde. Ao fim de um tempo bastante curto, já não havia matérias-primas à vontade. Nos primeiros dias após a Revolução, as matérias-primas foram requisitadas. Em seguida, foi-se obrigado a pagá-las, isto é, leva-las em consideração. Do estrangeiro chegava pouquíssima matéria-prima, acarretando um aumento dos preços das matérias-primas e dos produtos manufaturados. Os salários foram aumentados, mas esse aumento não foi generalizado.

A coletivização limitou-se à abolição dos privilégios de alguns patrões ou consistiu no lucro de empresa de uma sociedade anônima. Assim, os operários dessas empresas ou sociedades, tornaram-se os beneficiários em substituição aos proprietários precedentes. Essa mudança constituiu uma legítima melhoria em relação à situação anterior, pois dessa vez os operários colhiam, de fato, os frutos de seu trabalho. Mas essa melhoria, esse estatuto econômico não era nem socialista, nem comunista. Um capitalista era substituído por um tipo de capitalismo coletivo. Lá onde havia um único proprietário de fábrica ou de um bar, houve, em seguida, um proprietário coletivo constituído pelos operários da fábrica, o pessoal do bar. O pessoal de um bar bem freqüentado tem uma renda maior do que o de um estabelecimento menos conhecido.

A coletivização não podia deter-se nessa fase. Isso foi constatado em toda parte. Os sindicatos decidiram ocupar-se, eles próprios, do controle das empresas. Os sindicatos de empresa transformaram-se em empresas industriais. O sindicato da construção civil de Barcelona encarregou-se da execução dos trabalhos das diferentes empresas de construção da cidade. Os salões de beleza foram coletivizados. Em cada salão de beleza havia um delegado sindical. Toda semana ele trazia o produto de todas as receitas ao Comitê Econômico do sindicato. As despesas dos salões eram pagas pelo sindicato, bem como os salários.

O processo de coletivização também não podia deter-se nessa fase. Na Federação local dos sindicatos de Barcelona (C.N.T.) discutiu-se sobre a criação de um comitê de ligação. Esta devia disseminar-se em todos os comitês econômicos dos diversos sindicatos, o dinheiro devia ser concentrado num único lugar, um caixa de igualização devia zelar por uma repartição legítima dos fundos. Em certas indústrias existiam desde o começo esse comitê de ligação e esse caixa de igualização. A Companhia de ônibus de Barcelona, empresa rentável administrada pelos operários,

apresenta excedentes de receita. Uma parte desses excedentes é destinada a um fundo de reserva para a compra de material no estrangeiro. Uma outra parte é destinada a apoiar a companhia de bondes cujo faturamento é inferior ao da Companhia de ônibus.

Quando o combustível se torna raro, 4.000 motoristas de táxi ficam desempregados. Seus salários tiveram de ser pagos, ainda assim, pelo sindicato. Foi um pesado ônus para o sindicato dos transportes. Ele teve de pedir uma ajuda aos dois outros sindicatos e à comuna de Barcelona. Na indústria têxtil, por causa da penúria das matérias-primas, foi preciso diminuir a jornada de trabalho. Em certas fábricas, só se trabalhou três dias por semana. Todavia, os operários tiveram de ser pagos. Como o sindicato do setor têxtil não possuía meios à sua disposição, a *Generalitat* teve de pagar aos operários pelo sindicato.

O processo de coletivização não podia parar aí. Os sindicalistas exigiram a socialização. Mas socialização não significa para eles nacionalização, ou seja, direção da economia pelo Estado. A socialização deve ser uma generalização da coletivização. Trata-se de uma reunião dos capitais dos diversos sindicatos num caixa central; a concentração no âmbito da Federação local transformou-se num tipo de empresa econômica comunal. Trata-se de uma socialização pela base ou atividades operárias no âmbito da comuna. Sem organização dos trabalhadores não há socialização.

Não apenas na Catalunha, mas igualmente em todas as partes da Espanha, as tradições do coletivismo tinham raízes. Quando o poder dos generais foi destruído, constatou-se no país essa aspiração geral em favor da coletivização das grandes propriedades existentes. As organizações sindicais e os grupos anarquistas puseram-se à frente desse movimento pela coletivização. Eles permaneceram fiéis a sua tradição. No Congresso de Madri da C.N.T., em junho de 1931, a coletivização do solo foi declarada como um dos mais importantes objetivos dos trabalhadores do campo.

As decisões tomadas por esse congresso indicam claramente a via que, em julho e agosto de 1936, os trabalhadores do campo deviam seguir.

Na resolução votada em junho de 1931, reivindicava-se...

- *Todos os pastos, grandes propriedades, terrenos de caça e outras propriedades fundiárias devem ser expropriados sem indenização e declarados propriedades públicas (sociais). Todos os contratos concernentes a rendimentos a pagar aos proprietários serão anulados e substituídos por outros contratos estabelecidos pelos sindicatos segundo as necessidades de cada distrito.*
- *O gado de corte, as sementes, os utensílios agrícolas e as máquinas que se encontram em posse dos particulares serão expropriados.*
- *Repartição proporcional às necessidades e gratuita dos campos semeados e dos utensílios agrícolas entre os sindicatos dos trabalhadores agrícolas para a valorização das terras e sua exploração.*
- *Supressão dos impostos, dívidas e hipotecas que pesam sobre as propriedades agrícolas exploradas por seus próprios proprietários sem a ajuda constante ou o serviço assalariado de outros trabalhadores.*

- *Supressão dos impostos agrícolas e taxas de outra natureza que os pequenos arrendatários são obrigados a pagar aos grandes proprietários ou aos intermediários.*

O congresso declara que a socialização do solo e de todos os meios e instrumentos concernentes à produção agrícola e a valorização das terras, sua utilização e exploração pelos sindicatos agrícola unindo os produtores é uma condição primordial para a organização de uma economia que assegurará à coletividade operária o produto integral e os benefícios de seu trabalho.

A coletivização do solo assumiu na Espanha uma forma diferente daquela da Rússia. A propriedade agrícola, no âmbito de uma comuna, foi coletivizada, na medida em que ela pertencia anteriormente a um grande proprietário fundiário. Este se posicionava ao lado do clã clerical-militarista e contra o povo.

Os proprietários, que tinham aceitado a mudança econômica, puderam continuar a trabalhar no âmbito do sindicato, que se colocou à frente da coletivização.

Os exportadores também se juntaram no sindicato e, em vários lugares igualmente, os pequenos proprietários.

O solo e a propriedade são trabalhados em comum pelos trabalhadores do campo, todos os produtos são entregues ao sindicato, que paga os salários e vende a produção.

Num ramo, não houve coletivizações: nos bancos. Por que então os bancos não foram organizados? Os bancários eram fracamente organizados. Eles eram afiliados não aos sindicatos da C.N.T., mas aos sindicatos da União Geral dos Trabalhadores (U.G.T./socialista) que se opõe à coletivização; a U.G.T., socialista, tem, com efeito, outras tradições. Sua ideologia é social-democrata, ela quer a estatização. A socialização deve, segundo essa doutrina, ser aplicada pelo Estado por meio de decretos. O governo não decretou a coletivização dos bancos. Os bancários não souberam o que deviam fazer: assim, os bancos não foram coletivizados. A coletivização ou a socialização dos bancos teria tido, sem dúvida nenhuma, um outro desenvolvimento. Os bens dos bancos não são constituídos por máquinas e instrumentos, mas pelos meios de circulação, por valores nominais, por dinheiro. A requisição dos bens dos bancos teria permitido uma repartição central, única, dos meios financeiros e o estabelecimento de um plano financeiro.

Mas o que se perdeu de um lado, ganhou-se do outro. A iniciativa de alguns não criou nenhum obstáculo. Após sete meses de coletivização, os sindicatos, à luz de suas experiências, constataram que era necessário coordenar todas as empresas coletivizadas das diferentes indústrias. Eles basearam-se, portanto, nas experiências realizadas. A direção central, hoje criada, não precisa preocupar-se com a criação de órgãos subordinados que já existem. O cume da coletivização repousa sobre um fundamento sólido, que tem por base o sindicato de indústria, suas seções de ofício nas empresas e nas próprias oficinas. Eis o que fez a força da coletivização na Espanha.

No desenvolvimento da coletivização, constatamos a mesma marcha que na evolução política: em particular, a rejeição de todo movimento totalitário. Os sindicatos também exprimiram a pretensão de regular o abastecimento, sem querer, contudo, fazer disso um monopólio. O sindicato da alimentação assumiu sob seus cuidados o funcionamento das padarias. (Não há em Barcelona grandes padarias, fábricas de pão).

Ao lado destas ainda existem pequenos entrepostos de pão, que trabalham como antes. O transporte do leite das zonas rurais para as cidades também é assegurado pelos sindicatos, que se ocupam, além do mais, do funcionamento da maioria das leiterias. O sindicato da alimentação controla as empresas agrícolas e trabalha em colaboração com as fazendas coletivizadas. A diminuição da entrada na Espanha do leite condensado teve por conseqüência uma penúria de leite. O sindicato da alimentação comprou leite condensado no estrangeiro e, assim, acabou a penúria de leite em Barcelona. Na Rússia, durante os primeiros tempos da revolução, as lojas estavam fechadas. O mesmo não aconteceu na Espanha; o grande comércio passou para as mãos dos sindicatos. O pequeno comércio recebeu suas mercadorias do sindicato. No que concerne ao pequeno comércio, os preços foram fixados, de um modo geral. O comércio interior organizado foi controlado. À frente do monopólio de abastecimento encontra-se a *Consejeria de abastos*, o conselho de abastecimento na Catalunha, de modo que cada localidade fosse servida segundo suas necessidades. Um preço único foi estabelecido pelas comunas coletivizadas, pelos sindicatos de pescadores e outros ramos da alimentação, em concordância com a oferta do abastecimento. Evitar o aumento dos preços dos gêneros alimentícios, tal era o objetivo dessa política econômica. Especuladores e açambarcadores deveriam, assim, ser eliminados.

Em meados de dezembro, essa política foi suspensa. Em 16 de dezembro foi formado um novo governo catalão. Os comunistas obtiveram a exclusão do Partido Operário de Unificação Marxista (P.O.U.M.) do governo. Na formação deste, o ministério do abastecimento foi concedido a Comorera, membro do Partido Socialista Unificado (afiliado à 3ª Internacional). Um outro ministério foi dado a Domenech, o representante dos sindicalistas da C.N.T. Comorera aboliu o monopólio do abastecimento. A liberdade do comércio foi de novo introduzida. Deixaram o caminho livre ao aumento dos preços. Neste campo, a coletivização foi suspensa.

No ramo dos transportes, a feliz influência da coletivização salta aos olhos. A despeito de um aumento geral dos preços, as tarifas das companhias de transportes de Barcelona não aumentaram. Percebemos nas ruas de Barcelona novos bondes em pinturas recentes, bem como novos ônibus. Inúmeros táxis foram recuperados.

A coletivização do campo e da indústria abre novas vias de desenvolvimento à mudança estrutural da sociedade. Todavia, seria prematuro emitir um juízo definitivo sobre esse desenvolvimento que é um dos acontecimentos sociais mais interessantes de nossa época.

A coletivização abre novas perspectivas, conduz a novas vias. Na Rússia, a revolução tomou o caminho da estatização. Na Itália e na Alemanha, o fascismo depositou suas esperanças no sistema corporativo. Nos Estados

democráticos também se pensa em encontrar uma solução à crise econômica atual em novas formas dos fundamentos econômicos e políticos da sociedade. Na América, Roosevelt lançou-se numa nova via; Na Bélgica, de Man propôs um socialismo parcial. Na França, teóricos democratas tomam emprestado algumas de suas idéias do sistema corporativo. Por essas novidades, entrevemos uma saída à crise política, econômica e espiritual, um saneamento da vida econômica. Na Espanha, não foram aplicadas novas teorias, o próprio povo, os camponeses no campo, os operários nas cidades, por sua conta, ocuparam-se da exploração do solo e dos meios de produção. Em meio a grandes dificuldades, tateando e errando, eles continuam a avançar, esforçando-se para edificar um sistema econômico eqüitativo, no qual os próprios trabalhadores são os beneficiários dos frutos de seu trabalho.

Tal é o sentido da coletivização na Espanha.

Augustin Souchy

Abril de 1937

Tradução de Plínio Augusto Coelho

O Federalismo Libertário

Retirado da revista Acção Direta, publicada pela FAI – Portugal; trecho do livro "Coletividades Libertárias em Espanha", de Gastón Leval.

Entre os muitos ensinamentos que se podem tirar da revolução libertária espanhola, parece-nos de primordial importância um, que se encontra difundido em bom número dos capítulos deste livro. Referimo-nos à forma como foi praticado o federalismo e ao que pode deduzir-se desta prática para o futuro.

Comumente, não se repara no fato de existirem vários gêneros de federalismo, sendo uns totalmente distintos de outros, e que a utilização deste vocábulo serve para se atingir objetivos totalmente distintos.

As nações americanas – desde o Canadá até a Argentina – são, em geral, federalistas. Estão divididas em províncias ou Estados, tendo cada um dos quais a sua administração autônoma, o seu próprio governo, a sua legislação, os seus deputados e ministros e, inclusive, a sua doutrina quando se trata de problemas metafísicos, como o da religião, o do ateísmo, a separação da Igreja do Estado, etc. Nesta altura, enquanto parte dos Estados Unidos da América do Norte suprimiram a pena de morte, outros mantêm-na. Uns admitem a objeção de consciência, outros proíbem-na. Existem muito mais diferenças.

O federalismo pode, pois, implicar a liberdade de se avançar ou retroceder, em benefício ou em detrimento da liberdade individual e, por conseguinte, *humana*. Vemos freqüentemente que regimes arqui-reacionários reivindicam o federalismo. Na Argentina, as hostes do ditador Rosas semearam o terror, utilizando o seu famoso grito de guerra: "Federação ou Morte!". Na Alemanha, o federalismo serviu de pretexto aos partidos mais retrógrados, tendo-se verificado que a formação das primeiras forças de combate de Hitler se basearam na autonomia da Baviera; e hoje serve para justificar o domínio que exercem as várias igrejas nas escolas, onde impõem o ensino religioso. Em França, os partidários da monarquia, ainda existentes, reclamam-se freqüentemente partidários de Proudhon, deformando-o à sua maneira, porque preconizou o federalismo na base do modelo suíço, no seu livro *O Princípio Federativo*, embora se possa demonstrar que também escreveu sobre a possibilidade de uma estruturação unificada, ou unitária, da sociedade.

Hoje mesmo, nos Estados Unidos da América do Norte, os sulistas são partidários do federalismo, para manter a segregação racial contra os habitantes de raça negra. Aliás, a terrível Guerra da Secessão, que teve lugar entre os anos de 1861 e 1865, fez-se em nome da liberdade, do federalismo e do direito de manter a escravatura.

Frente a estes conceitos de federalismo *político*, que influenciam as relações e estruturas sociais, existem outros defendidos por certos partidos de esquerda, que são inimigos do jacobinismo, por exemplo, o dos republicanos federalistas espanhóis (cuja personalidade mais destacada foi o já mencionado Pi y Margall). Atualmente, em França, os autonomistas bretões, bascos, corsos, alsacianos, etc., são geralmente direitistas e são apoiados pelos elementos mais retrógrados da Igreja Católica; sendo liberal

e centralista, não se verificando nela qualquer vestígio de organização provincial, a autonomia das províncias foi aniquilada pelos sucessivos reis e pela Convenção, durante a Revolução de 1789-1793.

Em Espanha, os federalistas mais esforçados eram, neste século, catalães, por uma parte, e bascos, pela outra. A escola federalista representava um pensamento político muito avançado, de espírito muito aberto aos inovadores e às inovações. Já mencionamos anteriormente que Pi y Margall tinha introduzido o pensamento anarquista em Espanha (ou, pelo menos, contribuído para a sua introdução), traduzindo para o espanhol vários livros de Proudhon. Mas do Proudhon que aprovava e recomendava a divisão comarcal da Suíça³, que transformava esta pequena nação em 22 “pátrias minúsculas”, unicamente solidárias entre si ante a ameaça de invasão; que se comportam como nações regidas por leis próprias, com os seus próprios regulamentos, autoridades, diplomas e organizações profissionais. Cada comarca, ou cantão, dá preeminência aos seus próprios cidadãos, de modo que os habitantes de Genebra não são tolerados em Viaud, Zurique ou Basiléia se, nestas comarcas, o trabalho falta ou escasseiam habitações. Assim, também os diplomas de uma comarca não têm nenhum valor noutra, etc. Assim teria sido em Espanha, se se tivesse aplicado o pensamento exposto por Pi y Margall no seu livro *As Nacionalidades*, no qual preconizava a divisão do país em tantas pequenas nações como famílias étnicas contara.

Porém, os internacionalistas espanhóis, fundadores do movimento federalista socialista anti-autoritário, entenderam o federalismo de outra maneira. Foram, a este respeito, mais discípulos de Bakunin do que de Proudhon. Para Bakunin, federar-se era unir-se, aliar-se, associar-se.

O seu pensamento continha uma ampla visão da vida, do conjunto dos seres humanos que povoavam a Terra, e o seu amplo conceito do porvir fez com que, no seio da Primeira Internacional, este paladino da unidade humana tivesse de combater as tendências de Marx e Engels, os quais, ao defenderem a conquista do poder político em cada nação, por meio do parlamento nacional, dividiam a Internacional e condenavam à morte o internacionalismo.

Os revolucionários espanhóis, tanto aprovaram e se compenetraram das idéias de Bakunin, que, durante muitos anos, se auto-designaram internacionalistas, tendo chegado ao ponto de substituir as palavras “nação espanhola” pelas de “região espanhola”. Espanha era uma região da Internacional, como o eram outras nações. O pensamento superior ocupava o primeiro lugar, talvez em troca de se negar certas realidades.

Porém, existem ainda outros fatos, de particular importância. Tal é o das regiões, com as suas características naturais, econômicas, sociais, inclusive históricas, realidades que não se podia ignorar. Por outro lado, o pensamento bakuninista reconhecia, e reconheceram os seus discípulos, o direito de adesão e de secessão de cada indivíduo no município, de cada município na província, da província na região, da região na nação, da nação (ou daquilo que chamamos nação) na Internacional. Era indispensável para assegurar a liberdade. Não é que Bakunin preconizasse a prática

³ Deve sublinhar-se que foi Napoleão quem estabeleceu definitivamente a constituição que sancionava o cantonismo suíço.

permanente da separação dos indivíduos, dos municípios, etc., mas apenas cria que era necessário reconhecer estes direitos por uma questão de princípio, e eventualmente na prática, embora a sua aplicação fosse difícil.

Seguindo esta norma se foi concebendo e construindo o federalismo libertário espanhol. Partia, na prática, não do direito individual de secessão – que não podia colocar-se entre os militantes e revolucionários daquela época – mas da organização sindical constituída. De modo que, se analisarmos retrospectivamente o processo de organização que então se seguia, temos:

1º Na base, os sindicatos, ou mais exatamente, os “grêmios”, como então se lhes chamava, compostos pelos indivíduos neles associados.

2º As federações locais de grêmios, unidas à escala local, quando a importância das atividades e da população permitia a existência de vários grêmios que se agrupavam para coordenar as suas atividades. Em caso contrário, constituía-se um Sindicato de Ofícios Vários, o que exprime um impulso para uma maior compenetração ascendente ou fusão de todas as forças do movimento.

3º Seguiam logo as federações comarcais, que englobavam com os seus habitantes e entre as quais se estabelecia uma certa homogeneidade, uma coesão cuja utilidade foi bem manifesta, durante a Revolução Espanhola.

Estabeleçamos desde agora as conseqüências que nesta revolução tiveram estes primeiros elementos da estrutura geral.

Temos dito – e recordamos – que a organização operária criada pelos primeiros internacionalistas respondia, simultaneamente, a dois objetivos: melhorar, no imediato, a vida dos trabalhadores e preparar a base da sociedade que se projetava criar. Ao mesmo tempo, preparava-se psicologicamente o homem novo. Isto contribuiu para fazer, sem grandes extravios, sobressaltos, convulsões ou esforços excepcionais, a transmutação social que descrevemos. Assim, foi primeiro no interior da coletividade local, onde os indivíduos – já acostumados a serem solidários *como homens* (e não só como trabalhadores) do ponto de vista geral da vida – ultrapassavam os cerrados limites seculares. Já não os separava o ofício, as ocupações, visto que eram previamente solidários na organização intersindical, ou no sindicato de ofícios vários. Passar destas práticas à igualdade econômica, à identidade de meios de existência, constituía simplesmente um passo mais pelo caminho que todos tinham seguido. O reino da solidariedade econômica e humana foi possível graças à solidariedade que preexistia. Simplesmente sucedia que a semente, mais estimulada e melhor adubada, dava uma maior e mais abundante colheita.

Porém, as federações comarcais implicavam outro incentivo. Dissemos e vimos que englobavam 15, 30, 50 localidades. E já no regime anterior, as lutas e a solidariedade tinham criado entre elas laços orgânicos e não orgânicos, que as novas circunstâncias fortaleciam. Desde os primeiros momentos da revolução esses laços de ajuda-mútua – que assumia várias formas – foram estreitados e completados. Já não se tratava de relações

*intra*locais entre núcleos pertencentes a distintas atividades ou ofícios, mas *inter*locais estabelecendo a coesão entre a população de todas as povoações. Cada localidade mantinha as suas características, mas todas associavam as suas atividades, coordenavam as suas iniciativas e as suas empresas, trocavam entre si idéias, materiais e elementos do trabalho. Mas as coisas não paravam aí: tal como se tinha estabelecido a solidariedade a nível econômico inter-individual e inter-corporativo na localidade, assim se estabeleceu no terreno interlocal. Se uma seção ou especialidade de produção, por circunstâncias alheias à vontade dos homens, estava em déficit, era ajudada pela caixa comum ou com recursos disponibilizados pelas seções ou localidades que produziam em excesso. A moral libertária igualava o desfrute dos bens materiais. O federalismo era um pacto de irmandade.

No terceiro plano, encontramos a região e a organização regional, composta pelas federações comarcais. Pode-se pensar que – logicamente, segundo o rumo que traçamos – deveria aparecer a província. Mas, por razões que não é possível averiguar (Só poderíamos emitir suposições) não existe a organização provincial. O que aparece, no lugar dela, é a organização regional, que engloba as províncias administrativas (por exemplo, a Catalunha e a federação regional catalã da CNT são compostas pelas províncias de Barcelona, Tarragona, Lérida e Gerona). Naturalmente, as cidades desempenham um papel mais ou menos importante, correspondente às suas dimensões e atividades, à sua posição geográfica, etc.

Em Espanha, as regiões distinguem-se bem umas das outras: as características geográficas e orográficas, os acontecimentos históricos e a variedade das populações impõem a sua peculiaridade. E, devido ao caos dos acontecimentos, todas as populações resultaram singularizadas de tal modo que à fisionomia peculiar se somam os distintos aspectos da condição humana. Linguagens distintas, modalidades da existência determinadas pela variedade de ambientes e de características psicológicas, tudo isto se tornou a uniformização impossível e não desejável. A região é um conglomerado natural que, por outro lado, contrabalança o Estado monolítico e centralista.

O que foi dito explica-nos o nascimento das “regionais” catalã, levantina, basca, andaluza, aragonesa, etc, e o fato de terem continuado a existir.

Impõe-se, aqui, que esclareçamos algumas questões, com todo o vigor possível. Quando Pi y Margall escreveu sobre as nacionalidades regionais, adotou uma atitude em total contradição com o internacionalismo. Para ele e para os seus discípulos, o federalismo pressupunha, em primeiro lugar, a separação da Catalunha do resto da Espanha. O federalismo de Pi y Margall implicava, para um basco, a separação das Vascongadas, para um galego, a separação da Galiza, etc. A este respeito, lembramo-nos ter ouvido, em 1937, uma oradora muito conhecida declarar-se partidária do federalismo pimargaliano e não do federalismo bakuninista. A independência das regiões parecia-lhe indispensável para contrariar o centralismo de Madrid e dava

como exemplos o caso da Catalunha e o da Biscaia, cujo elevado nível de vida econômica explicava pelo seu afastamento da capital de Espanha – uma a Noroeste, a outra a Nordeste. Se essa oradora tivesse sido tão observadora como foi eloqüente, teria verificado que também o Sudeste e o Sudoeste estavam longe da capital e eram, não obstante, muito miseráveis. Na realidade, não se conseguiria, nem trasladar as montanhas pirenaicas, com as suas quedas de água geradoras de força motriz, para as províncias de Granada, Albacete, América e Málaga, nem as minas de ferro e carvão da Biscaia para as províncias de Cádiz e Córdoba...

Felizmente, estas idéias não fizeram escola na imensa maioria dos militantes libertários espanhóis, que permaneceram fiéis aos seus princípios. A estruturação na base da região decorreu, simultaneamente, dum ideal universal de fraternidade humana e da imposição da própria vida. Os homens que se agruparam dessa forma, que coordenaram racionalmente as suas atividades, continuaram fiéis à essência do internacionalismo – poderíamos dizer do “anti-nacionalismo”. Para um catalão libertário, um galego, um andaluz ou um estremenho, um companheiro era, antes de tudo, um companheiro; um internacionalista, antes de tudo, um internacionalista. Foi assim que, depois de muitos lustros, quando a experiência e as exigências da luta levaram os militantes de todas as regiões a unir mais estreitamente suas forças, estes criaram uma nova entidade cujo nome foi Confederação Nacional do Trabalho.

O emprego do adjetivo “nacional”, que pode fazer evocar, ou supor, o nacionalismo, ou seja, interpretações erradas, não está relacionado com o conceito político da nação em si, mas sim, simplesmente, com a conjugação fraterna de forças e atividades constituídas e exercidas pelos diversos organismos regionais. Esse conjunto de regiões, fatalmente associadas, sobretudo com o aumento da interdependência de todas entre si, constitui uma nação, e é lógico que os problemas sejam encarados nesse âmbito, adotando um ponto de vista que abarque o conjunto humano que a integra, em vez de pugnar por quaisquer imposições ou explorações de parte a parte. Por outro lado, no caminho em direção à harmonia geral da humanidade, manter os limites tradicionais não é mais do que prolongar os clans e as tribos primitivas, o que é indigno dos progressos da nossa espécie.

O federalismo libertário levou-nos da união interindividual à união local, da união local à união comarcal, da união comarcal à união regional e, durante a nossa revolução, à cooperação de milhões de indivíduos que colaboravam – através de instituições semelhantes, mas diferenciadas quando julgado necessário – na obra da vida.

De região para região, todos se sabiam, ou se *sentiam*, em maior ou menor grau, solidários no esforço geral que mantinha a vida individual e coletiva. Até então, a produção era uma iniciativa de uma minoria possidente, para a qual trabalhavam os explorados, que só tinham noção e consciência da exploração de que eram instrumento. Nessa situação, sentiam-se (e numa sociedade libertária consolidada sentir-se-iam) irmanados no nobre esforço da vida, graças ao contato direto, orgânico, ao conhecimento mútuo que daí resultava, às responsabilidades partilhadas

entre homens fraternos, elementos morais superiores, impossíveis numa sociedade em que predominem a propriedade e a exploração do homem pelo homem, ou na qual patrões e proprietários tenham sido substituídos pelos burocratas e pela burocracia. Seria este um dos aspectos mais característicos duma civilização libertária. E estas atividades coesionadas de baixo para cima constituíam uma prática de liberdade organizadora, de autodeterminismo consciente, oposto à autoridade dominadora.

O comitê nacional eleito – quando não composto, como é sempre preferível – pelos delegados das regiões em plenos e congressos nacionais é o coroamento deste vasto edifício. Não é um governo nem está investido de poderes absolutos. Por isso, deixa a cada região a faculdade de autogoverno. A este respeito, a Revolução espanhola dá o exemplo da “variedade na unidade”, o que assegura a existência do humanismo na organização. Cada federação era livre – sempre, evidentemente, respeitando os princípios essenciais de não estatismo e socialização verdadeira – para alterar a sua estrutura, fazer ensaios construtivos, dar maior importância às cooperativas ou ao municipalismo, etc. O que se passava era que cada região, organizando-se à sua maneira, funcionando segundo as suas características próprias, contribuiu, e contribuirá no futuro, com o esforço que lhe cabe na obra total.

No nosso capítulo intitulado *A democracia libertária*, mostramos como funcionavam os sindicatos segundo o nosso método federalista. As suas assembleias soberanas eram outra demonstração desse método, também presente no funcionamento das federações de ofícios ou de indústrias. Observemos, de passagem, que, desde os primeiros tempos da constituição da seção espanhola da Internacional, a criação de federações que integram, numa rede geral, todas as atividades do país, contradisse o fechar-se sobre si mesmas das regiões que preconizavam certo federalismo.

Em síntese, o conceito e a prática do federalismo libertário conduziam, e continuarão a conduzir, a uma organização ampla, abarcando o conjunto do país, das atividades e dos homens que as realizam. Implicavam a coesão geral dos indivíduos e das diversas coletividades, as responsabilidades recíprocas, a lei da solidariedade dominante, ao mesmo tempo que o respeito e a prática da liberdade criadora. O nosso federalismo não é separatista. Federar-se, diz o Dicionário Real Academia Espanhola (e repetem, com ligeiríssimas variantes, os restantes dicionários), é “fazer aliança, liga, união ou pacto entre vários”. Mais simplesmente, repetimos nós há já meio século: “federar-se é unir-se”. Unir-se de baixo para cima, livremente. Quando várias entidades, comunas, províncias ou nações se federam, unem-se. Quando se dividem ou se separam, viram as costas. Por todas estas razões, o federalismo é libertário e voluntário.

O que ficou dito leva-nos a analisar, ainda que de forma sucinta, certas acusações que comentaristas pouco informados ou de má-fé fizeram, e fazem, para desacreditar o pensamento anarquista – ou, se preferirmos, o libertarismo, o pensamento libertário. De fato, é relativamente freqüente ler,

em escritos de historiadores ou ensaístas dedicados à sociologia, que o anarquismo é próprio de nações economicamente atrasadas, nas quais, em consequência desse atraso, predomina a pequena propriedade, a pequena oficina, a pequena empresa, com uma estrutura de conjunto quase medieval, concluindo-se, assim, que os anarquistas, ou libertários, estão fora da história e que, em suma, não merecem ser levados a sério.

A Revolução espanhola prova o contrário. Em todas as localidades, todas as indústrias coletivizadas ou sindicalizadas registraram um mesmo movimento de *concentração*, de diminuição do número de oficinas, de coordenação dos meios de transporte e de saúde pública, de redução dos fatores de distribuição. Em Alcoy, por exemplo, a *concentração libertária ou federalista* reúne numa mesma direção sindical 103 empresas, oficinas e depósitos de matérias-primas, fato que por si só mereceria a atenção dos sociólogos. Vimos com que rapidez se realizou a planificação dos meios de transporte ferroviário, motorizado, marítimo ou urbano (elétricos, subterrâneos, autocarros); com que rapidez se começou a sincronização de todos os serviços de saúde, limitada pela situação criada pela guerra; com que rapidez se constituíram as coletividades agrícolas, coordenando-se as atividades em todas as regiões nas quais foi possível tomar-se as terras, não para reparti-las, mas para trabalhá-las de *forma planificada*. Não cabe aqui fazer uma enumeração, que seria tudo menos inútil mas nos tomaria demasiado tempo.

O que é certo é que a Revolução espanhola infligiu o mais rotundo desmentido a esses comentaristas. Admitimos que, na corrente individualista, tenha sido defendido esse projeto, que nem mereceria ser classificado de pré-histórico (já que, na pré-história, os homens viviam em grupos), ou que algum *minus habens*⁴ o tenha defendido, mas afirmar que tal seria característica própria do anarquismo comunista ou social é ostentar uma surpreendente incompetência.

Até no plano teórico é impossível a confusão para quem se informe com honradez e seriedade. O próprio Proudhon, que tinha preconizado a posse⁵, por cada indivíduo, das suas ferramentas e elementos de trabalho, escreveu, na *Idéia Geral da Revolução* (1858), na sua previsão da organização da sociedade:

Finalmente, surgem as companhias operárias, verdadeiros exércitos da revolução, nas quais o trabalhador, tal como o soldado no batalhão, se conduz com a precisão das suas máquinas; nas quais milhares de vontades, inteligentes, dignas, se integram numa vontade superior, tal como os braços que manejam engendram, graças à sua coesão, uma força coletiva superior à da sua própria multidão.

Estamos longe da economia artesanal ou pequeno-burguesa.

⁴ Locução latina que significa "alguém pouco capaz", "inepto" (Literalmente, "tendo menos").

⁵ A posse, não a propriedade.

Kropotkin, no seu livro mais conhecido, *A Conquista do Pão*, baseia, precisamente, as possibilidades do comunismo libertário no formidável progresso dos meios de produção da sua época:

Os prodígios realizados pela indústria maravilham-nos ainda mais. Com os seres inteligentes que são as máquinas modernas – fruto de três ou quatro gerações de inventores, quase todos desconhecidos –, 100 homens fabricam os tecidos necessários para vestir 10.000 homens durante dois anos. Nas minas de carvão devidamente organizadas, 100 homens extraem, por ano, o carvão necessário para aquecer 10.000 famílias num clima frio.

E Kropotkin conclui, como consequência obrigatória desta enumeração:

Se se levar em conta a rapidez com que as nações civilizadas aumentam a sua força produtiva – direta ou indiretamente – nas condições atuais, devemos deduzir que uma organização econômica, por pouco sensata que fosse, permitiria às nações civilizadas acumularem em poucos anos tantos produtos úteis que se veriam obrigadas a exclamar: Basta de carvão! Basta de pão! Descansemos, então, para melhor utilizarmos as nossas forças e o nosso repouso!

Também por aqui se pode ver que estamos longe da produção artesanal e da produção de pequenos patrões ou burgueses.

Queremos terminar com o que Bakunin previa, em todos os seus escritos sobre estes temas, citando um documento até agora desconhecido, que explica o seu conceito do federalismo associativista e coordenador.

Extraímos, do seu escrito *Catecismo Revolucionário*, a seguinte visão do futuro:

Quando as associações produtoras e livres deixarem de ser escravas e se converterem em donas e detentoras do capital⁶ de que necessitem; quando englobarem no seu seio todos os especialistas necessários às empresas (Como membros cooperantes, simultaneamente com as forças operárias emancipadas pela instrução generalizada); quando estas associações se entrelaçarem entre si, sempre livremente e segundo as suas condições e necessidades, ultrapassando, mais cedo ou mais tarde, as fronteiras nacionais; constituirão uma imensa federação econômica, com um parlamento⁷ informado através de elementos, tão amplos e detalhados quando possível, de uma estatística mundial hoje impossível. Esta estatística, harmonizando a procura com a oferta, poderá dirigir e repartir entre os diferentes países a produção da indústria mundial de modo a que cessem, na totalidade ou na quase totalidade, as crises comerciais e industriais, o desemprego forçoso, os desastres, a perda de capitais: nessa

⁶ Por capital, entende-se o conjunto dos meios de produção.

⁷ Entenda-se uma comissão mundial.

altura, o trabalho humano, emancipação de cada homem e de todos os homens, regenerará o mundo.

Confronte-se a harmonia perfeita, o acordo total entre estes conceitos e as normas federalistas-integracionistas aplicadas pela Revolução libertária espanhola. Não porque os nossos companheiros, no momento de pô-las em prática, dispusessem dos textos que acabamos de referir, nem de outros semelhantes, mas sim porque estavam imbuídos do pensamento federalista libertário através duma vasta atividade que os orientou e de um espírito que se manteve, apesar do tempo decorrido, na consciência e na subconsciência do seu ser.

Gastón Leval

Traduzido do castelhano por A.Mota e J.Oliveira

Más de las Matas e a sua comarca

Retirado da revista Ação Direta, publicada pela FAI – Portugal; trecho do livro "Coletividades Libertárias em Espanha", de Gastón Leval.

Ao norte da província de Teruel, Mas de las Matas, com 2.300 habitantes, é o centro de uma comarca composta de 19 povoações. As mais importantes são Água Viva, Mirambel (com 1.400 habitantes), La Ginebrosa (com 1.300). No princípio de Maio de 1937, apenas seis delas se encontravam integralmente socializadas; quatro estavam-no quase por completo; cinco, meio socializadas. Três estavam a organizar-se e uma última ainda hesitava⁸.

Nesta comarca, a pequena propriedade encontrava-se bastante difundida, o que não favorecia a formação de sindicatos operários e o que explica por que razão as idéias anarquistas aí se tenham estabelecido desde o início do século. Embora a zona agrícola fosse relativamente rica, graças ao regadio, nalgumas povoações, privadas de água, a vida era, em geral, miserável. Tendo os grupos libertários de Mas de las Matas atuado quase sem interrupção, é a última geração dos seus elementos que agora está à frente da organização coletiva da aldeia.

Podem dizer-se que, em relação ao conjunto das povoações, a situação econômica dos nossos companheiros de Mas de las Matas era, sem dúvida, a de privilegiados. Mas a revolução que puseram em prática tinha, principalmente, um caráter moral, pois colocavam a justiça acima dos interesses pessoais. São anarquistas cultos, modestos e simples. A sua personalidade revela-se no decorrer de uma conversa, assim como na obra que, modesta como eles próprios e, no entanto, sólida, estão a realizar.

Durante a monarquia predominavam aqui as tendências liberais. A República originou algumas mudanças, mas desiludiu a maioria da população, a qual se virou para a esquerda revolucionária. Foi assim que, em 1932, se formou o primeiro sindicato de tendência libertária aderente à CNT, e que, no ano seguinte – numa intentona malograda – foi proclamado o comunismo libertário. A Guarda Civil acabou com este primeiro ensaio em menos de dois dias e o sindicato foi encerrado até à véspera das eleições de 1936, que não impediram que o ataque franquista se produzisse no mês de Julho seguinte.

Não houve luta e, não se tendo instaurado nem o fascismo nem a república, os nossos companheiros propuseram que se criasse a Coletividade Agrária de Mas de las Matas. A iniciativa foi aceita por unanimidade numa assembléia de caráter sindical. No entanto, nem todos os proprietários estavam filiados no sindicato. Tinha de se proceder com eles de forma especial. Assim se fez, estabelecendo-se uma lista de adesões voluntárias que, em quinze dias, reuniu 200 famílias. Durante a nossa visita, este número aumentou para 550, das 600 que compunham a totalidade. As que ficaram de fora pertenciam à UGT e praticavam a exploração individual.

⁸ Os progressos eram tão rápidos, que na reunião de delegados que teve lugar em Caspe, em fins de Maio, as dezenove povoações da comarca foram consideradas quase integralmente coletivizadas.

A mesma norma é observada em toda a comarca. Tanto se pode aderir à coletividade como continuar a trabalhar individualmente a terra que se possui. Os vários graus de socialização realizados nas diferentes povoações provam que esta liberdade é efetiva.

Em nenhuma das povoações da comarca há regulamentos ou estatutos de coletividades. Politicamente, aplica-se um conceito anarquista integral. Todos os meses, a assembléia geral dos coletivistas indica à Comissão as normas a seguir. Nada da rigidez dos códigos, apenas a flexibilidade da vida e os acordos concretos sobre problemas também concretos.

Não se pode dizer que, por se verificar esta característica, tudo seja caótico. As nossas recordações de Mas de las Matas imediatamente nos fazem evocar a feliz Arcádia de que falaram os poetas. Era evidente a tranqüilidade e a felicidade, no andar das pessoas, no aspecto das mulheres sentadas no passeio, tecendo e conversando placidamente diante das casas. É lógico supor que subjacente a esta tranqüilidade existia uma boa organização da vida. Analisemo-la.

Foram constituídos 32 grupos de trabalho, de importância variada, segundo as especializações agrícolas e as dimensões dos campos mais ou menos limitados pelo capricho do relevo. Cada grupo tem a seu cargo uma zona de regadio e outra de sequeiro. Reparte-se assim, eqüitativamente, o agradável e o menos agradável.

O regadio permite aos habitantes de Mas de las Matas obter hortaliças e frutas. Menos afortunados, os outros povoados apenas conseguem produzir cereais, sobretudo trigo, e azeitonas. Quanto ao trabalho, encontra-se distribuído por todas as coletividades, por grupos com os seus delegados; no cume – se se pode empregar esta palavra – está a comissão administrativa. E tal como os delegados de Mas de las Matas se reúnem semanalmente para decidirem quais os trabalhos a serem realizados, o mesmo fazem os delegados nas outras povoações.

Todas as coletividades da comarca coordenam, deste modo, os seus esforços.

Em Mas de las Matas não foi possível aumentar a superfície de terras cultivadas. As terras de regadio já eram utilizadas por completo. Mas parte dos terrenos de sequeiro, que até então tinham sido destinados para pastos, pode agora ser aproveitada para a produção de cereais, existindo nas montanhas pastos naturais suficientes para o gado se alimentar. Contudo, não se pode semear trigo, aveia ou milho depois de uma primeira lavragem da terra, apenas se pode prepara-la para o próximo ano. Trinta hectares já foram amanhados para este fim.

Estes esforços intensificaram-se com o regresso dos milicianos da frente e é de temer, dizem os meus companheiros, que dentro de dois anos surja uma grave dificuldade: a de dar vazão ao excedente de trigo. No entanto... é difícil contrariar o seu entusiasmo, igual ao que encontro em toda a parte.

Mais fácil foi intensificar a criação de gado. O número de cabeças de carneiros e ovelhas aumentou 25%. O número de porcas para reprodução passou de 30 para 61; as vacas leiteiras, que eram 18, são atualmente 24,

e são albergadas num grande estábulo construído pela coletividade. O número de porcos é também muito superior ao anterior, mas, tendo faltado tempo para construir uma pocilga de grandes dimensões, compraram-se animais jovens em grande quantidade, tendo sido distribuídos à razão de um ou dois por família. Quando se fizer a matança, a carne será repartida e salgada segundo as necessidades de cada lar.

Porém, a produção não se encontra limitada à agricultura e à criação de gado. Neste centro comarcal, da mesma maneira que em todos os centros mais ou menos importantes, desenvolveram-se atividades diversas: construção civil, fabrico de alpergatas, matadouro, alfaiataria, barbearia, padaria, etc. Cada uma delas constitui uma seção da coletividade geral e trabalha para todos.

Se uma seção necessita de comprar ou de consertar determinadas ferramentas, dirige-se, por intermédio do seu delegado, à comissão administrativa, a qual lhe entrega um vale para o delegado dos ferreiros que efetuam o trabalho requerido. O pedido é, ao mesmo tempo, registrado no livro da seção da metalurgia. Se uma família necessita de móveis, dirige-se também à seção administrativa, que lhe entrega um vale para o delegado dos marceneiros. Sem este vale, que simultaneamente constitui uma autorização e um controle do trabalho, este não seria efetuado. É deste modo que as atividades de cada grupo de trabalho e os gastos de cada família são registrados.

Não se usa o dinheiro nem qualquer moeda local nas povoações da comarca. Assim se explica, sem dúvida, que a socialização do comércio tenha sido um dos primeiros passos dados. No entanto, não foi absoluta. Encontramos alguns comerciantes obstinados, como velas que se apagam, no seu isolamento. Os armazéns comunais substituem, no seu conjunto, o antigo processo de distribuição.

Vejamos mais detalhadamente a estrutura de uma povoação coletivizada. Torna-se difícil dar por escrito uma idéia suficientemente elucidativa deste amplo movimento que põe em prática a socialização agrária. Em Mas de las Matas, como em cada uma das centenas de povoações organizadas coletivamente, a nossa atenção fixa-se em letreiros onde, sobre as cores geralmente vermelha e negra, e marcada com as iniciais CNT-FAI, se lêem inscrições como as que citamos ao acaso: *Armazém Comunal, Matadouro Comunal, Correaria Coletiva, Carpintaria Coletiva, Padaria Comunal, Alfaiataria Coletiva, Ferraria Comunal, Fábrica Coletiva de Bolachas, etc.*

Aqui, deparamo-nos com o *Armazém comunal de alimentação e ferragens, máquinas e outros objetos*. Além, com o *Depósito comarcal de adubos químicos e de cimento*, e um *Armazém de tecidos e vestuário*, muito bem abastecido. Na loja de um antigo fascista desaparecido, cacique da povoação, distribuem-se roupas aos habitantes do lugar e às coletividades da comarca. E eis aqui a seção de abastecimento, na qual se entrega aos individualistas os vales por eles solicitados, e onde se registra num ficheiro o consumo de roupas feito por cada família.

Nesta destilaria extrai-se álcool e ácido tartárico do bagaço de uva fornecido por várias povoações, que em conjunto constituem a Comissão Administrativa da fábrica. Esta comissão reúne-se periodicamente. Entramos

nesta fábrica e mostram-nos as novas instalações, construídas para se aumentar a produção de álcool de 96°, necessário ao tratamento dos feridos, nas frentes de luta.

Na alfaiataria, operários e operárias cortam e cosem as roupas para os camaradas de todas as coletividades da comarca. Prontos para a confecção, os cortes estão classificados e distribuídos por várias estantes. Cada um tem uma etiqueta na qual está inscrito o número e as medidas correspondentes do indivíduo a que se destina.

As mulheres vão abastecer-se de carne num bonito estabelecimento revestido de mármore e de mosaico. O pão, que antes se fazia em casa, sem comodidade, duas vezes por semana, é agora amassado diariamente nas padarias coletivas.

No café, todos podem tomar dois copos de malte, dois refrescos ou duas gasosas por dia.

Visitemos os arredores do povoado. Vamos encontrar os viveiros onde dois milhões de plantas hortícolas são esmeradamente preparadas por uma família que, anteriormente, ganhava muito dinheiro com a comercialização desta produção, e que aderiu à coletividade desde o seu início. As plantas serão transplantadas para a horta local ou de outras povoações.

Nesta oficina de costura, confecciona-se roupa de mulher. Além disso, há raparigas doutras povoações que aqui vêm aprender para, mais tarde, coserem a sua roupa e a dos seus filhos.

Um letrado chama-nos a atenção: "Livreria Popular". Trata-se de uma biblioteca em cujas prateleiras se encontram seis, oito, dez exemplares de cada um dos livros de sociologia, de literatura, de divulgação científica que se pensa ser útil colocar ao alcance de todos, inclusive dos individualistas. Noutras estantes, mas em maior número, estão livros para crianças, obras de todos os tipos: história, geografia, geometria, aritmética, gramática, livros de contos e narrativas, novelas, cadernos e admiráveis coleções de desenhos, cujos modelos estão perfeitamente ordenados e organizados segundo as normas mais recentes.

Nesta coletividade geral, cada seção trabalha para as restantes; os esforços unem-se, o espírito de solidariedade preside a todos os empreendimentos. Contudo, tem-se a preocupação de não matar a iniciativa individual, a qual, de resto, pode existir desde que não se dedique à exploração de outrem⁹. Isso iria contra o temperamento espanhol, no qual estão amalgamados a vontade pessoal e um profundo sentimento do dever. Assim, deixou-se que cada família tenha um pedaço de terra onde cultiva o que entender, o que permite o livre consumo de hortaliças. Os outros alimentos são distribuídos segundo as reservas disponíveis. Homens, mulheres e crianças recebem a mesma quantidade, estipulada pelas assembleias da coletividade, e podem, sempre na medida permitida pelas dificuldades econômicas que a Espanha atravessa, trocar livremente um artigo por outro. O racionamento não constitui, portanto, uma

⁹ Os apologistas do interesse pessoal como estímulo do espírito de inventiva não sabem que também este pode ser suscitado pelo desejo de servir os outros, a comunidade humana. Muitas invenções, em particular as de caráter técnico, tiveram este desejo como motivação, nada tendo tido que ver com a apetência de lucro.

regulamentação rígida, que obrigue a aceitar ou recusar uma coisa, sem compensação.

Nos primeiros anos, a proporção do consumo – alimentação, vestuário, calçado, etc. – estava assinalada num cartão por família, mas a seguir decidiu-se utilizar a caderneta standard adotada no Congresso de Caspe e editada pela Federação Regional de Coletividades.

Foi também limitada a distribuição de roupa, máquinas e outros bens adquiridos na Catalunha, na medida em que, apesar de haver bens suficientes para trocar, é necessário um grande esforço para apoiar a frente de guerra. Isto não implica, porém, que se tenha suprimido completamente a distribuição de roupa. Para obter a roupa de que necessitam, os coletivistas têm agora à sua disposição recursos superiores, em regra, aos que dispunham anteriormente. Como exemplo, tomemos uma família composta por pai, mãe, um filho de idade compreendida entre seis e catorze anos, e um segundo filho com menos de seis anos de idade. A esta família é anualmente atribuído um conjunto de bens equivalentes, em valor-moeda, a 215 pesetas: 75 pesetas para cada um dos adultos, 40 para o filho mais velho e 25 para o mais novo. Quantas famílias camponesas de Espanha poderiam gastar, anteriormente, esta quantia anual em vestuário? E não nos esqueçamos que este cálculo por família não impedia que cada família escolhesse o seu equivalente em roupas de acordo com as preferências de cada lar.

O médico e o farmacêutico também fazem parte da coletividade, estando as suas atividades ao serviço de todos. Vivem em condições idênticas aos demais, embora disponham de recursos específicos para poderem continuar a estudar e adquirir publicações, revistas, livros e outros materiais necessários ao seu trabalho.

Além da Biblioteca Pública, que empresta livros ao domicílio, existem a biblioteca do Sindicato e a das Juventudes Libertárias. A escola é obrigatória até aos catorze anos. Uma escola para 40 crianças, que até então não tinham tido a possibilidade de estudar, foi instalada num conjunto de “casas agrícolas” [*“masías” no original – N.T.*]. Em Mas de las Matas foram preparadas duas salas de aula para poderem receber, cada uma delas, 50 crianças com idade inferior a oito anos, cuja educação foi confiada a duas raparigas que tinham freqüentado cursos superiores numa cidade cujo nome desconhecemos. Esta inovação teve também como objetivo a libertação mútua de mães e filhos durante várias horas por dia.

Os espetáculos públicos são gratuitos, tanto para os coletivistas como para os individualistas.

Inclusive quando, por ordem expressa do governo, o Conselho Municipal foi reconstituído, a alma da povoação continuou a ser a coletividade. O próprio sindicato tornou-se um organismo quase inútil, foi quase totalmente esvaziado das suas antigas funções. O novo organismo tornou-se predominante na estrutura da comarca. Vejamos agora como funciona.

O Comitê Comarcal, que reside em Mas de las Matas, foi nomeado por uma assembléia de delegados de todas as coletividades. Tem como missão coordenar os esforços na produção, organizar o trabalho à escala geral

sempre que seja necessário, tratar das relações com as outras comarcas ou regiões e organizar as trocas.

Segundo as normas estabelecidas em toda a região de Aragão, nenhuma coletividade pode negociar por sua própria conta. Com esta norma, procura-se evitar a concorrência imoral e centralizar as aquisições de produtos, que poderão, assim, ser obtidos longe da coletividade, nas próprias fábricas, em melhores condições de qualidade e de preço. Ao mesmo tempo, isto permite intensificar as relações econômicas com a Catalunha e o Levante.

Cada coletividade agrícola comunica ao Comitê Comarcal a lista e quantidade de produtos excedentários de que dispõe, e pede, ao mesmo tempo, aquilo de que necessita, podendo consultar, em Mas de las Matas, o registro contabilístico onde fica anotado o duplo movimento de produtos e bens.

O Comitê Comarcal sabe, com exatidão, quais são as reservas de cada povoação, em azeite, vinho, trigo e carne. Se uma delas não tem vinho em quantidade suficiente e o pede, o comitê contata a povoação que o pode disponibilizar. Se outra povoação necessita de azeite, o comitê põe-na em contato com a povoação que estiver em condições de satisfazer o seu pedido. As povoações que pediram determinados produtos darão outros em troca, cuja equivalência é calculada em pesetas, segundo os preços da altura. Por outro lado, se a povoação que forneceu o azeite não necessita do vinho dado em troca, pede ao comitê outros artigos que se entrega, armazenando o vinho em Mas de las Matas, para ser trocado mais tarde, dentro da comarca ou fora dela. Em suma, o Comitê Comarcal é o órgão regulador da distribuição entre as povoações.

Não há qualquer dificuldade na aplicação deste sistema geral de compensação. O único inconveniente poderia residir em reminiscências do espírito capitalista e proprietário, segundo o qual uma povoação que enfrente grandes dificuldades por razões estranhas à sua vontade deverá atravessar um período difícil mais ou menos longo. De maneira nenhuma. Acaba de acontecer algo que pôs o sistema à prova. As capacidades econômicas de Seno e de La Ginebrosa foram, este ano, anuladas por uma tempestade de granizo. Ficou tudo, ou quase tudo, arrasado. Em regime capitalista, isto teria significado miséria e fome, com emigração dos homens para a cidade. Num regime no qual a economia estrita predomina sobre a solidariedade, as dívidas e os empréstimos contraídos para fazer frente à situação teriam condenado essas populações à miséria durante anos. No nosso regime de solidariedade libertária, a dificuldade ultrapassa-se com a ajuda-mútua, o contributo, o esforço fraterno de todos. Obteve-se tudo aquilo que era necessário para poderem voltar a semear, plantar e colher, e para viverem enquanto os frutos da terra não brotassem de novo, o que permitiu resolver o problema sem hipotecas ruinosas que teriam comprometido o futuro.

Esta revolução moral mereceria uma análise mais demorada, porque o mundo novo que se criou e se continua a criar fez nascer um espírito que exalta os sentimentos mais nobres que o coração do homem pode albergar.

Isto traz-nos à memória algo singelo, mas significativo, que nos aconteceu precisamente em Mas de las Matas. Tínhamos ido ver, fora da povoação, uma piscina que os rapazes e raparigas estavam a construir num local profundo, ladeado, dum lado por uma casa particular e do outro por uma elevação pronunciada do terreno. Lá no fundo, os nossos construtores atarefavam-se alegremente, manejando pás e picaretas. Na nossa frente, na parte mais alta, havia um caminho que não podíamos ver mas cuja existência adivinhamos quando vimos surgir três homens, três agricultores de alpergatas e enxada no ombro, caminhando com passo firme, sorridentes e confiantes. Viram-nos, como também viram os rapazes mais abaixo e, andando sempre, levantaram a mão amistosamente, saudando-nos com voz forte e vibrante, com a convicção que parecia sair de seus peitos: "Saúde companheiros!", e o mesmo fizeram os jovens que estavam mais abaixo. Essas duas palavras significavam que éramos todos irmãos, que a mais plena confiança existia entre nós, a confiança de cada um dos homens na sociedade, nos seus semelhantes; que tinha desaparecido aquilo que nos opunha uns aos outros; que já não existia rivalidades, antagonismos, temores, hipocrisias, invejas, falsidades, ardis. Que éramos, todos, verdadeiramente irmãos... A caneta não consegue exprimir a sonoridade vibrante dessa meia dúzia de sílabas: "Sa-ú-de com-pa-nhei-ros!", tão cheias de um conteúdo novo, intenso, cálido, que continuam a ressoar-me nos ouvidos, com o fervor que guiava os construtores do mundo novo.

Gastón Leval

Traduzido do castelhano por P.Ferreira e A.Mota)

Sobre a Guerra Civil de Espanha

Publicamos, neste nº da "Acção Directa", um excerto do livro " A Guerra Civil de Espanha " de Antony Beevor, edição " Livros do Brasil", que mostra bem que o franquismo, na guerra civil de 1936, não só foi apoiado pelas potências fascistas, mas também pelas grandes potências democráticas: o Reinado Unido, a França da frente popular e, está claro, os E.U. da América. Na realidade o povo espanhol revolucionário lutou, praticamente só, contra o mundo inteiro. A intervenção da URSS tinha como finalidades: destruir a grande revolução social que tinha eclodido em Espanha, transformando a luta dos trabalhadores espanhóis numa mera luta de apoio aos republicanos, e evitar seu isolamento. Logo que teve lugar o pacto germano-soviético, os dirigentes soviéticos aceleraram a derrota das forças republicanas.

Como no excerto do referido livro há uma referência a críticas de Trotsky aos stalinistas, relativas à posição da URSS face à guerra civil de Espanha, é importante salientar-se o fato de os trotsquistas não terem tido qualquer influência na revolução e guerra civil espanholas. Os trotsquistas nunca passaram de uma pequena tendência no seio do POUM (Partido Obrero de Unidad Marxista).

(...) Dos três governos neutrais mais importantes, era o governo britânico que desempenhava o papel crucial. Os Estados Unidos jogavam cuidadosamente com os cometimentos internacionais. A França estava alarmada com o rearmamento de Hitler e, apesar de ter assinado o pacto com Rússia, depositava a sua grande confiança na Grã-Bretanha, por uma questão de uma mútua defesa. Daí que, quando no dia 19 de julho, a República Espanhola se virou para a França, pedindo armas, a administração centro-esquerda de Léon Blum tivesse pedido conselho ao governo britânico.

A Frente Popular de Blum estava no governo havia apenas seis semanas. A sua reação imediata foi ajudar a República. Existiam, contudo, nessa altura, lutas de rua em França, entre esquerdistas e grupos fascistas. Essa violência, embora não se comparasse à daquela Primavera em Espanha, provocava uma certa agitação nos oficiais do exército. A mínima alusão a um possível envolvimento do país no conflito espanhol poderia provocar uma tempestade colossal.

Organizou-se então uma expedição aérea, em segredo, mas os simpatizantes nacionalistas na embaixada espanhola, informaram a imprensa. Blum conseguiu superar os ataques dos jornais de direita, restringindo o acordo de vendas privadas de aviões militares não armados. A República estava agora a ser tratada a um nível idêntico ao dos revoltosos. O governo de Giral enviou a Paris uma comissão, chefiada por Fernando de los Rios, a fim de comprar armas, mas, devido à sua inexperiência, venderam-lhes armas obsoletas, a preços muito altos. O método alternativo de ajudar a República seria impedir o apoio estrangeiro a Franco. O Gabinete dos Negócios Estrangeiros Britânico temia que o assunto pudesse assumir escalões demasiado elevados e avisou o governo francês que ajudar a República encorajava Hitler e Mussolini a ajudar os nacionalistas. Blum e Daladier, o seu Ministro da Guerra, sabiam que os

armamentos dos franceses eram inferiores àqueles que Franco conseguiria obter dos ditadores. Anthony Eden, o secretário dos Negócios Estrangeiros britânico concordou com o ponto de vista de Salvador Madariaga, antigo representante republicano na Liga das Nações: "à parte a intervenção estrangeira, ambos os lados se encontravam de tal modo equilibrados que nenhum deles poderia vencer". Este tipo de comentários encorajou o governo francês a acreditar que seria melhor para a República se não fossem enviadas armas para nenhum dos lados.

Os franceses propuseram então uma política "não-intervencionista", no dia 2 de Agosto. Poucas dúvidas subsistem de que a atitude do governo britânico foi crucial. Tal como Eden disse, "o governo francês atuou e foi-nos leal a nós". No dia 8 de agosto, o gabinete francês suspendeu todas as anteriores vendas de armas, e quatro dias mais tarde, o chargé d'affaires francês em Londres, sugeriu a criação de um comitê de controle para "supervisionar o acordo e considerar ações posteriores". Eden, contudo, "decidiu anunciar que o governo britânico pediria um embargo de armas, sem esperar outros poderes". Isto, na verdade, significava negar armas ao governo reconhecido e ignorar aquelas que iriam parar às mãos dos rebeldes, pois o governo britânico recusava reconhecer a prova da intervenção alemã e italiana. O governo comunicou igualmente à oposição trabalhista que "qualquer expressão ativa de simpatia para com o governo republicano de Espanha seria contrária aos interesses da Grã-Bretanha e por isso mesmo apatriótica".

A política de apaziguamento não era invenção de Neville Chamberlain. As suas raízes encontravam-se já no medo do bolchevismo. A greve geral de 1926 e a conseqüente depressão tornou a possibilidade de revolução num problema sério para os políticos conservadores. Como resultado, tinham confundido os seus sentimentos em relação aos regimes italianos e alemães, que tinham esmagado os comunistas e os socialistas nos seus próprios países. Grande parte do eleitorado tinha, do mesmo modo, criado sentimentos antimilitaristas, após a Primeira Guerra Mundial e os sentimentos de culpa a cerca da humilhação infligida à Alemanha pelos Aliados, no Tratado de Versalhes. A população britânica, contudo, pouco sabia acerca dos acontecimentos no estrangeiro. Tal como o ministro britânico em Berlim, Sir Ivone Kirkpatrick, escreveu mais tarde, o país "não poderia ter uma posição formada acerca da situação, uma vez que o governo nada tinha feito para o informar".

Quando a guerra civil espanhola rebentou, Eden teve que enfrentar a situação sozinho. Stanley Baldwin o primeiro-ministro, estava doente quando a guerra começou, e mais tarde começou a preocupar-se com a crise da Abdicação. "Espero", disse ele a Édén "que não me preocupem demasiado com assuntos estrangeiros, agora". Eden dificilmente seria um observador imparcial do conflito. Supõe-se que tenha dito ao Ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Delbos, que "a Inglaterra preferia uma vitória rebelde a uma vitória republicana". Ele professava uma grande admiração pelo autoproclamado fascista, Calvo Sotelo, que tinha sido assassinado. Manifestou o seu horror pelos assassinios no território republicano, mas não comentou as atrocidades nacionalistas. Recebeu descrições cruéis dos

massacres em Barcelona e na capital através do seu corpo diplomático no local. O embaixador, Sir Henry Chilton, era um declarado defensor dos nacionalistas, mas preferiu ficar em Barcelona em vez de regressar a Madrid. "Eu estou apenas à espera", disse mais tarde, "que mandem os alemães suficientes para acabar com a guerra", O governo deu igualmente ouvidos À Royal Navy, que apoiava os rebeldes. A base naval de Gibraltar tinha sido oferecida aos refugiados pró-nacionalistas, entre os quais os jornalistas da imprensa britânica procuravam diligentemente relatos em "primeira mão" das atrocidades. Assim que estes relatos começaram a ser publicados, a condenação que Winston Churchill teceu à República, era claramente parcial: "A série odiosa de carnificinas, roubou ao governo de Madrid os contornos de um poder civilizado". Contudo, o fato de Franco ter admitido no fim de Julho que estava preparado para "matar metade de Espanha" foi virtualmente ignorado.

O novo adido de imprensa de Franco, Luis Bolin, tinha organizado, antes da revolta, uma discreta mas eficaz campanha anti-republicana, como correspondente do jornal monárquico ABC. Declarava, justificando, que "tinha conseguido um considerável grau de influência em determinados círculos". O seu aliado mais importante era o Duque de Alba, que possuía igualmente o ducado inglês de Berwick, sendo considerado como primo de Churchill. Nestes círculos, Alba, com a sua afeição pelas instituições inglesas, tipificava o espanhol civilizado. As suas conversas calmas no White 's Club eram infinitamente mais influentes na política do governo do que concentrações de massas ou manifestações. Mas naquele momento, defender o governo republicano de Espanha em tais meios, teria provocado o tipo de reações de horror caricaturadas nos desenhos de Batman.

Deve-se lembrar o fato de que Eden não reconheceu totalmente os perigos que representavam Hitler e Mussolini até 1937, e que nunca falou abertamente contra as tréguas até o início de 1938. Durante a primeira parte da guerra civil, preferiu, analisando os fatos, pronunciar-se a favor de uma vitória "fascista" em vez de uma vitória "comunista". Teceu uma teoria, amplamente fundamentada, que uma revolução social conduziria imediatamente ao comunismo. Mas a recusa em vender armas à República, acabou por fortalecer os comunistas e enfraquecer as forças não-comunistas de centro e da esquerda. No Verão de 1936, o Partido Comunista Espanhol representava uma proporção muito pequena na aliança republicana. A sua organização e os seus métodos pouco escrupulosos conseguiram aumentar rapidamente a sua fraqueza numérica, mas foi apenas o nível e o prestígio da ajuda militar russa que lhes conferiu uma posição de comando.

Foram muitos os republicanos espanhóis que mantiveram a crença ingênua de que a Grã-Bretanha atuaria segundo a sua melhor tradição, do século XIX. Na verdade a crença de que as democracias os afastariam, eventualmente, da ditadura persistiu até 1946, sete anos após o final da guerra civil. Certamente, em 1938, existia uma convicção em Espanha de que os conservadores britânicos seriam forçados a reconhecer a necessidade de "se unirem na luta contra o fascismo". Mas eles subestimavam o profundo preconceito de certos círculos governativos: por exemplo, no auge da Segunda Guerra Mundial, Sir Orme Sargent, do Gabinete de Negócios

Estrangeiros, criticou o princípio que visava ajudar os partidários esquerdistas como Tito, contra os nazis, por considerar tratar-se de “uma perigosa doutrina”.

A única circunstância capaz de influenciar a política britânica estrangeira seria uma ameaça direta aos interesses tradicionais britânicos, o mais sensível dos quais era ainda permanente ocupação italiana de Maiorca e a ruptura imediata do “Acordo de Cavalheiros”, por parte de Mussolini, que levou Eden a reconsiderar a sua posição no dia 7 de Janeiro de 1937. “O caráter do futuro governo de Espanha tinha-se tornado agora menos importante para a paz da Europa do que os ditadores conseguirem uma vitória naquele país. A extensão e o caráter da intervenção agora praticada pela Alemanha e pela Itália, tornaram claro para o mundo que o objetivo desses poderes era assegurar a vitória do General Franco, quer representasse ou não o desejo do povo espanhol”. Mas, apesar desta nova análise da situação, não existiria alteração na política de não-intervenção.

Entretanto, as ações da Royal Navy eram espantosas para um poder que se declarava não-intervencionista. Não apenas foram conseguidas facilidades de comunicação para Franco, em Gilbratar, como também o barco de guerra *HMS Queen Elizabeth* foi deslocado para a frente da baía de Algeiras a fim de impedir que os barcos de guerra republicanos bombardeassem o porto. O chargé d'affaires alemão, Hans Voelckers, comunicou mais tarde: “Em relação à Inglaterra, observamos que está a fornecer armas e munições aos Brancos, via Gilbratar, E o comandante do cruzador tem nos fornecido informações acerca das entregas de armas feitas pelos russos ao Governo Vermelho, o que não faria com certeza, caso não tivesse instruções para isso”.

Ao mesmo tempo em que o governo republicano se virava para França pedindo ajuda militar, os nacionalistas apelavam para os seus aliados naturais, a Alemanha e a Itália. Após ter deixado Franco em Tetuão, no dia 19 de Julho, Luis Bolin voou para Lisboa. Aí, pouco tempo antes do desastre fatal, Sanjurjo tinha assinado a autorização para compra de meios aéreos e suprimentos para o “exército não-marxista de Espanha”. Bolin voou para Roma tendo-se juntado a um apoiante enviado pelo ex-rei Alfonso. Foram juntos ter com o Conde Ciano, o Ministro dos Negócios Estrangeiros italiano. De acordo com a descrição de Bolin, “a sua reação foi entusiástica e espontânea. Sem hesitar um instante, prometeu-nos a ajuda necessária. Temos que acabar com a ameaça comunista no Mediterrâneo”, gritou”. Estava-se a perder tempo devido às confusões causadas por outros pedidos de ajuda militar por parte dos monárquicos, mas um telefonema do ex-rei Alfonso a Mussolini resolveu o assunto. No dia 30 de Julho, Bolin deixou a Sardenha num dos 12 bombardeios Savoia 81, com destino a Marrocos. Três deles despenharam-se na viagem, e tendo caído um na Argélia, forneceu provas documentais da ajuda militar italiana. Os outros foram utilizados como cobertura aérea para o primeiro comboio nacionalista, que atravessou o estreito no dia 5 de Agosto.

Mussolini desejava conseguir estabelecer um estado fascista no Mediterrâneo, sobretudo se este ficasse em dívida para com ele. A sua grande preocupação era o poder naval britânico. Um aliado espanhol poderia

controlar o estreito, apoderando-se de Gibraltar, e oferecia ainda a possibilidade de assentar bases nas Baleares, muito embora a sua esquadra não conseguisse ainda poder ser uma rival. A conquista da Abissínia por Mussolini tinha aumentado bastante as suas ilusões acerca do poder italiano e a grande tarefa de Ciano seria obter o reconhecimento do "Império Italiano". Aos Savoias seguiram-se de imediato as concessões de caças Fiat, de tanques Fiat-Ansaldo e de artilharia, todos fornecidos com o pessoal treinado.

A propaganda republicana tentou mais tarde provar - com documentos nazis forjados - que a intervenção fascista tinha sido previamente combinada e que os generais nazis não teriam dado início à rebelião se não tivessem esta garantia. (Os nacionalistas, por seu lado, pretendiam ter encontrado papéis em Sevilha que revelavam planos para um golpe de estado comunista.) Na verdade os conspiradores militares não tinham recebido tais garantias. As relações entre a Itália e a Alemanha tinham esfriado no início do Verão de 1936, devido à sua rivalidade na Áustria. Contudo, a sua ajuda à Espanha nacionalista haveria de vir forjar o "eixo Roma-Berlim", uma expressão usada pela primeira vez por Mussolini no dia 1 de Novembro de 1936.

O governo nazi estava bastante bem informado acerca da situação em Espanha através de contatos officiosos e de fontes próprias junto da comunidade de negócios alemã. No início da guerra os seus diplomatas, liberados pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Neurath, opuseram-se a prestar ajuda a Franco, temendo a reacção britânica. Hitler desprezou aquela ala tradicional do governo, tendo deixado o seu pessoal diplomático praticamente num total desconhecimento acerca das suas ações. Trabalhou essencialmente com os Serviços Secretos Militares Alemães, encabeçados pelo Almirante Canaris, que se encontrara com Franco em Espanha em diversas ocasiões e estava particularmente interessado em apoiar as suas forças.

No dia 22 de Julho, Franco pediu ao governo alemão transporte aéreo. O pedido foi inicialmente cumprido pelo Coronel Beigbeder, um antigo militar espanhol, adido em Berlim. No dia 25 de Julho, chegaram a Berlim os emissários de Franco, dois homens de negócios nazis que viviam em Marrocos. Hitler avistou-se com eles mais tarde, nessa mesma noite em Beirute, depois da ópera e em 24 horas o envio dos primeiros Junkers 52s estava a ser organizado. A grande condição imposta pelos alemães era que a sua ajuda militar fosse destinada apenas às tropas do General Franco. Canaris (provavelmente induzido pela facção franquista) contrapôs que tal condição poderia causar problemas entre os generais nacionalistas. Foi então organizado um departamento especial no Ministério do Ar, para contratar pilotos "voluntários". Goering, que tinha estado presente na reunião em Beirute, estava emocionado com a idéia de testar a sua "jovem Luftwaffe neste ou naquele aspecto técnico". Os alemães eram bastante mais cabeçudos acerca de todo este assunto do que os italianos. Ofereciam as melhores máquinas e os melhores especialistas disponíveis e, embora Franco fosse um aliado ideológico eles pretendiam pagamento em ferro e cobre.

A primeira ajuda alemã enviada para Espanha incluía 20 Junkers 52s e seis Heinkel 51 caças-bombardeios, juntamente com pessoal e munições. Chegou tudo no dia 1 de Agosto. Os pilotos da Luftwaffe eram seguidos por conselheiros militares, liderados pelo Coronel von Thoma. Pouco tempo depois a variedade e a quantidade do material aumentaram rapidamente, incluindo a Panzer Mark I, baterias antiaéreas de 20 mm e mais tarde, as famosas 88 mm. O material era enviado umas vezes direto para Cádiz, outras, via Lisboa. Contudo, foi apenas nos meados de Novembro, depois da tentativa falhada de Franco capturar Madrid, que a intervenção alemã foi formalizada com o estabelecimento da Legião Condor.

As verdadeiras razões de Hitler para ajudar Franco eram estratégicas. A Espanha fascista representava uma ameaça à retaguarda francesa, tal como à rota britânica para o canal de Suez. Existia ainda a possibilidade tentadora de instalar bases de submarinos na costa do Atlântico (Os portos espanhóis foram usados num ponto ocasional durante a Segunda Guerra Mundial). A guerra civil serviu igualmente para distrair as atenções da sua estratégia para a Europa Central, ao mesmo tempo em que oferecia a oportunidade de treinar homens e testar equipamentos e táticas.

Passadas umas duas semanas após a eclosão da rebelião, tinha-se tornado evidente que os nacionalistas iriam receber ajuda militar da Alemanha e da Itália, assim como era claro já que as democracias recusariam as armas à República. Este desequilíbrio era reforçado pelo apoio financeiro prestado aos nacionalistas, tão importante como apoio militar, numa guerra prolongada. Nos primeiros dias, o governo da República controlava as 700 toneladas de ouro do país, como suporte da peseta, enquanto os nacionalistas apenas podiam oferecer a probabilidade de vitória como garantia para a moeda em circulação. No entanto, Pietro estava errado quando declarou, no dia 8 de Agosto que o ouro dava "ao governo espanhol uma ilimitada resistência, enquanto que a capacidade financeira do inimigo é desprezível". Os nacionalistas procuraram imediatamente instituições financeiras estrangeiras capazes de prestarem auxílio. Os principais apoios para a conspiração vieram originalmente da grande fortuna do antigo contrabandista de tabaco Juan March, que terá aparentemente contribuído com 15 milhões de libras. A imensa generosidade do ex-rei Alfonso para com o movimento nacionalista apenas foi possível devido aos 85 milhões de dólares que ele tinha conseguido transferir para o estrangeiro. Grande parte do capital que tinha saído clandestinamente do país durante a República, especialmente durante o primeiro meio ano, foi rapidamente transferido para o território nacionalista. O movimento nacionalista pediu ouro aos cidadãos privados, em particular alianças de casamento, para ajudar a pagar a guerra. O jornal Voz da Galicia proclamava: "Seja quem for que guarde o seu ouro, neste momento em que a Pátria-Mãe dele necessita, É JUDEU".

Os interesses económicos americanos e britânicos deveriam vir a prestar um grande contributo para a vitória final nacionalista, tanto através de assistência ativa, do género da que foi prestada pelo magnata do petróleo, Deterding, como através de boicotes à República, interrompendo o seu comércio com ações judiciais e atrasando os créditos bancários (Diz-se que

Midland Bank foi o mais ativo neste domínio).

A indústria espanhola tinha sido dominada pelo capital estrangeiro desde meados do século XIX. Os caminhos-de-ferro e os serviços de base tais como a eletricidade e a exploração mineira dependiam essencialmente de pesados investimentos estrangeiros. A ITT americana possuía a rede telefônica espanhola e a Ford e a General Motors pouca concorrência possuíam na indústria de motores. As companhias britânicas possuíam grande percentagem dos negócios espanhóis, e acerca de 20% dos investimentos eram capitais estrangeiros. O Reino Unido era igualmente o maior importador de produtos espanhóis, incluindo cerca de metade do minério de ferro.

O petróleo tinha-se tornado numa necessidade vital como munição para a guerra. O Ato de Neutralidade dos Estados Unidos, de 1935, não refletiu esta mudança, embora tivesse permitido a Franco receber 3.500,000 toneladas de petróleo em crédito durante o tempo que a guerra durou, que significavam bem o dobro das importações de petróleo da República. O presidente do Texas Oil Company era um admirador dos fascistas e, ao receber as notícias acerca da revolta, enviou cinco tanques para os portos nacionalistas espanhóis. Uma vez que a Texaco tinha sido o principal abastecedor do governo, a sua decisão foi um severo revés para os republicanos. A Standart Oil da Nova Jersey tinha sido outro dos fornecedores, embora numa escala menor. A Duquesa de Atholl, uma das poucas conservadoras britânicas a apoiar a República desde o início, afirmou que a Companhia Rio Tinto Zinc ajudou financeiramente Franco, proporcionando-lhe trocas com o estrangeiro, no dobro do valor do comércio oficial. Mais tarde, a Ford, a Studebaker e a General Motors forneceram 12.000 camiões aos nacionalistas, cerca de três vezes mais do que aqueles que as forças do Eixo possuíam, e o gigante químico, Dupont de Nemours, forneceu 40.000 bombas, enviando-as através da Alemanha de forma a não quebrar o Ato de Neutralidade. Em 1945, o subsecretário do ministério espanhol dos Negócios Estrangeiros admitiu que "sem o petróleo americano, sem os camiões americanos, sem o crédito americano, nunca poderíamos ter vencido a guerra civil".

Afastada pelos poderes democráticos e pelos negócios internacionais, a República apenas podia contar com o apoio do México e da URSS. Daí que os avisos nacionalistas acerca de uma "conspiração comunistas internacional" conseguiram adquirir alguma consistência, embora o Comintern fosse uma arma externa do Kremlin, e por consequência, decididamente nacional. Após a morte de Lênin, a política de Trotsky preconizava uma revolução à escala mundial, baseando-se na premissa de que o comunismo russo não conseguiria prosperar se estivesse rodeado pelo mundo hostil do capitalismo. A política estalinista, que acabou por triunfar em 1927, opunha-se a esta, falando de "socialismo num só país", o que pressupunha a abstenção de envolvimento em revoluções de outros países. Os comunistas chineses, por exemplo, foram sacrificados ao Chiang Kai-Shek's Kuomintang, em nome dos interesses russos, e Stálin ganhou o reconhecimento do governo dos Estados Unidos em 1933, ao prometer não empreender atividades subversivas naquele país.

A falta de comentários acerca do que se estava a passar em Espanha por parte de Moscovo, durante as duas primeiras semanas da guerra civil, alarmou os círculos comunistas estrangeiros. Stálin estava a começar a limpar o Exército Vermelho, criação de Trotsky, e sentia-se profundamente preocupado com a possibilidade de um envolvimento em assuntos externos vir a provocar Hitler, num momento de tanta fragilidade para os soviéticos. Mas Trotsky, exilado, fez uso deste silêncio, acusando Stálin de trair a revolução espanhola e ajudar os fascistas. Se foi ou não Trotsky que levou Stálin a agir, o certo é que este deve ter-se apercebido que o comunismo russo perderia toda a credibilidade e provavelmente a lealdade dos partidos europeus, se nada fosse feito para ajudar a República. Stálin decidiu então enviar ajuda ao governo espanhol, mas não em número suficiente para permitir à República ganhar. Deste modo não assustaria o governo britânico, para quem ele representava um potencial aliado, nem provocava os alemães. No dia 3 de Agosto, "manifestações populares" e "encontros espontâneos de indignação" decorreram em toda República e o governo enviou suas primeiras ajudas não militares. Funcionários do Comintern, usando nomes falsos, foram enviados para Espanha para assegurar que o jovem Partido Comunista Espanhol pisasse o risco. O México, o outro país que apoiou a República, apesar dos seus limitados recursos, forneceu aos republicanos 20.000 espingardas, munições e alimentos.

A guerra espanhola já não era uma simples luta interna. A importância estratégica da Espanha, e a coincidência da guerra civil com os preparativos das potências do Eixo para testarem o seu armamento secretamente desenvolvido na Europa, fez com que a guerra perdesse o seu carácter amador. Os nacionalistas viram-se inundados de conselheiros estrangeiros, observadores, peritos técnicos e pessoal de combate. As relações eram de um modo geral frias, pois Franco e os seus oficiais detestavam sentir-se em dívida para com os estrangeiros, ao mesmo tempo em que os arrogantes aliados alemães teriam, sem dúvida, concordado com os comentários do Duque de Wellington, acerca dos oficiais vinculados ao seu pessoal: "a franqueza nacional orgulha-se da grandeza de Espanha". A República, contudo, deveria sofrer bastante mais devido ao seu único aliado poderoso, a Rússia.

Quando a Espanha Revolucionária vivia em anarquia

Frank Mintz e Frédéric Goldbronn (retirado da revista Libertários nº1, 2002)

Para defender a ordem das coisas, basta amiúde sustentar que toda tentativa para dela afastar-se desemboca obrigatoriamente na tirania ou no caos.

A história é rica em exemplos contrários, que estabeleceram o caráter eterno da revolta, da aspiração à democracia e à solidariedade.

Durante alguns meses, no momento da guerra civil espanhola, algumas regiões do país defenderam um modo de governo inédito, que simultaneamente se opunha ao poder dos possuidores, dos notáveis e dos burocratas. Historiadores e realizadores lembram-nos esse parêntese entregue à utopia.

No momento em que os apóstolos do São Lucro perfumam-se de bom grado com uma gota de Anarchiste (última criação de um perfumista parisiense), é difícil imaginar a amplitude da revolução libertária conduzida pelos trabalhadores espanhóis nas zonas onde eles levaram ao fracasso o pronunciamento dos generais contra a República, em 18 de julho de 1936. "Nós, anarquistas, não partimos à guerra pelo prazer de defender a república burguesa (...) Não, se pegamos em armas foi para pôr em prática a revolução social" (Patrício Martínez Armero, citado por Abel Paz, *La Colonne de Fer*, ed. Libertad-CNT, Paris, 1997) recorda um ex-miliciano da Coluna de Ferro (essa milícia anarquista, conhecida por sua intransigência revolucionária, combateu notadamente no front de Teruel).

A coletivização de amplos setores da indústria, dos serviços e da agricultura constituiu, com efeito, um dos traços mais extraordinários dessa revolução. Essa escolha adquiria raízes na fortíssima politização da classe operária espanhola, organizada principalmente no seio da Confederação Nacional do Trabalho (C.N.T., anarco-sindicalista) e da União Geral dos Trabalhadores (U.G.T., socialista).

Numa Espanha que contava naquele momento 24 milhões de habitantes, o sindicato anarquista tinha mais de um milhão de aderentes e – fato único do sindicalismo – um único permanente remunerado no plano nacional.

Alguns meses antes do golpe de Estado militar do 18 de julho de 1936, o congresso de Saragoça (maio de 1936) da C.N.T. adotara uma moção sem deixar nenhuma dúvida quanto à sua concepção de ação sindical:

"Uma vez concluída a fase violenta da revolução, serão declarados abolidos a propriedade privada, o Estado, o princípio de autoridade, e por conseqüência, as classes que dividem os homens em exploradores e explorados, opressores e oprimidos. Uma vez socializada a riqueza, as organizações de produtores, enfim livres, encarregar-se-ão da administração direta da produção e do consumo" (moções do congresso de Saragoça da C.N.T.).

Tal programa foi posto em prática pelos próprios trabalhadores, sem esperar nenhum tipo de comando de seus "chefes". A cronologia dos acontecimentos na Catalunha oferece um bom exemplo disso.

Em Barcelona, os comitês dirigentes da C.N.T. lançaram o apelo à greve geral em 18 de julho de 1936, mas sem dar a ordem de coletivização. Ora, desde 21 de julho, os ferroviários catalães coletivizaram as ferrovias. No dia 25, foi a vez dos transportes urbanos, bondes, metrô e ônibus, depois em 26, a da eletricidade e em 27, a vez das agências marítimas. A indústria metalúrgica foi imediatamente reconvertida na fabricação de veículos blindados e de granadas para as milícias que partiam combater no front de Aragão.

"Em alguns dias, 70% das empresas industriais e comerciais foram tomadas pelos trabalhadores nessa Catalunha que concentrava sozinha dois terços da indústria do país (C. Maura, *Révolution et contre-révolution* em Catalogne, ed. Mame, 1974).

George Orwell, em seu famoso Homenagem à Catalunha descreveu esse júbilo revolucionário:

"O aspecto arrebatador de Barcelona superava toda expectativa. Era a primeira vez em minha vida que eu me encontrava numa cidade onde a classe operária tinha vencido. Aproximadamente todos os imóveis de alguma importância tinham sido tomados pelos operários e sobre todos flutuavam bandeiras vermelhas ou as bandeiras rubro-negras dos anarquistas (...). Toda loja, todo café portava uma inscrição informando que tinha sido coletivizado; até as caixas dos engraxates foram coletivizadas e pintadas de vermelho e preto! (...) Tudo isso era estranho e emocionante. Uma boa parte disso permanecia para mim incompreensível e, inclusive, num certo sentido, não me agradava: mas havia ali um estado de coisas que me pareceu de imediato como valendo a pena que se lutasse por ele" (George Orwell, *Hommage à la Catalogne*, ed. Champ libre, 1982).

Inúmeros são os estrangeiros que, a exemplo de Franz Borkenau, experimentaram esse "formidável poder de atração da revolução". Em *Spanish Cockpit* (ed. Champ libre, 1979), ele conta o caso de um jovem empreendedor americano, cujo negócio foi praticamente arruinado pela revolução, e que, no entanto, permanece muito favorável aos anarquistas, dos quais admira em particular o desprezo pelo dinheiro. Recusa-se a partir pois

"ele ama esse solo, ama esse povo e pouco lhe importa, diz ele, ter perdido seus bens se a velha ordem das coisas desmorona para dar lugar a uma cidade dos homens mais elevada, mais nobre e mais feliz".

O movimento das coletivizações teria concernido entre um milhão e meio e dois milhões e meio de trabalhadores (Frank Mintz, *Autogestion et anarchosindicalisme*, ed. CNT, 1999), mas é difícil fazer disso um balanço preciso: não existem estatísticas globais, e muitos arquivos foram destruídos. Pode-se, contudo, apoiar-se sobre dados fragmentários

publicados na imprensa, em particular sindical, e sobre os numerosos testemunhos de atores e observadores do conflito.

A guerra devora a revolução

Nas empresas coletivizadas, o diretor era substituído por um comitê eleito, composto por membros dos sindicatos. Ele podia continuar a trabalhar em sua antiga empresa, mas com um salário igual àquele dos outros empregados. A atividade de certos ramos como o madeireiro, foi unificada e reorganizada, da produção à distribuição, sob a égide do sindicato do ramo. Na maioria das empresas de capitais estrangeiros (telefone, algumas grandes fábricas metalúrgicas, têxteis ou agro-alimentícias), se o proprietário (americano, britânico, francês ou belga) permaneceu oficialmente no local para não apavorar as democracias ocidentais, um comitê operário assumiu a gestão. Só os bancos escaparam do maremoto coletivista e passaram sob controle do governo. Este dispunha, assim, de um importante meio de pressão sobre as coletividades que conheciam dificuldades de caixa.

O modo de organização do sindicato inspirou o dos ramos socializados: comitê de fábrica eleito pela assembléia dos trabalhadores, comitê local reunindo os delegados dos comitês de fábrica da localidade, comitê de zona, comitê regional, comitê nacional. Em caso de conflito em escala local, a assembléia plenária dos trabalhadores decidia. Em caso de conflito em um nível mais elevado, as assembléias de delegados ou os congressos o faziam.

Mas por causa de sua presença e de sua força, a CNT detinha, de fato, o poder na Catalunha.

O funcionamento das coletividades aparecia, pois, muito heterogêneo. Na Ferrovia de Catalunha, por exemplo, onde o conjunto dos assalariados percebiam uma remuneração anual de 5.000 pesetas, decidiu-se, todavia, que o pessoal mais qualificado receberia um suplemento de 2.000 pesetas por ano. Em 1938, o salário único era a regra em Lérida, no setor da construção civil, mas em Barcelona um engenheiro continuava a receber dez vezes mais que um operário. Uma das mais importantes indústrias da Catalunha, a têxtil, promulgou a semana de quarenta horas, reduziu as diferenças de salário entre técnicos e operários, e suprimiu o trabalho por peças das operárias... mas a diferença salarial entre homens e mulheres persistiu na maioria dos casos.

A situação degradou-se com o passar dos meses, malgrado todos os esforços das coletividades para modernizar a produção. No campo econômico bem como nos outros, a guerra devorava a revolução. Faltavam as matérias-primas e os mercados tornavam-se cada vez mais raros, por causa da progressão territorial dos militares insurretos. Por sinal, o esforço concentrando-se na indústria militar, a produção desmoronou nos outros setores, arrastando com ela o pessoal técnico, provocando uma penúria de bens de consumo, uma falta de recursos financeiros e uma inflação galopante.

Diante dessa situação, todas as coletividades não eram iguais. Fim de dezembro de 1936, uma declaração do sindicato da madeira, publicada no Boletim CNT-FAI, indignou-se com isso reivindicando

“um caixa comum e único entre todas as indústrias, para chegar a uma partilha eqüitativa. O que não aceitamos, é que haja coletividades pobres e outras ricas” (Carlos Semprun Maura, op. Cit.).

Um artigo de fevereiro de 1938 dá uma idéia dessa disparidade:

As empresas coletivizadas pagam 120, no máximo 140 pesetas por semana, e as coletividades rurais 70 em média. Os operários da indústria de guerra recebem 200, e até mais, por semana”. (artigo de Augustin Souchy em Solidariedad Obrera, jornal da CNT, fevereiro de 1938).

Essas desigualdades iriam conduzir alguns revolucionários a evocar a ameaça de um “neo-capitalismo operário” (Gaston Leval, Espagne libertaire, ed. Du Monde Libertaire).

Em outubro de 1936, a Generalitat (governo catalão) ratificou por decreto a existência das coletividades e tentou planificar sua atividade. Ela decidiu nomear controladores governamentais nas empresas coletivizadas. Com o enfraquecimento político dos anarquistas, estes últimos logo iriam servir ao restabelecimento do controle do Estado sobre a economia.

Coletividades Agrárias

Sem que ninguém, nenhum partido, nenhuma organização desse ordens para proceder neste sentido (Abad de Santillan, Por qué perdimos la guerra, Buenos Aires, Imam, 1940) coletividades agrárias formaram-se igualmente.

A coletivização concerniu sobretudo às grandes propriedades, cujos proprietários fugiram para a zona franquista ou foram executados. Em Aragão, onde as milícias da Coluna Durruti¹⁰, desde o fim de julho de 1936, impulsionaram o movimento, este último tocou quase todos os vilarejos: a Federação das coletividades reagrupava meio milhão de camponeses.

Reunidos na praça do vilarejo os títulos de propriedade fundiária eram queimados. Os camponeses traziam tudo o que possuíam à coletividade: terras, instrumentos de trabalho, animais para o arado ou outros. Em certos vilarejos, o dinheiro foi abolido e substituído por bônus. Esses bônus não constituíam uma moeda: eles permitiam a aquisição, não de meios de produção, mas apenas de bens de consumo, e ainda em quantidade limitada.

O dinheiro que tinha sido estocado pelo Comitê era utilizado para comprar no exterior os produtos que faziam falta e que não podiam ser trocados. Visitando a coletividade de Alcora, um grande burgo de 5.000 habitantes, Kaminski observa:

¹⁰ Buenaventura Durruti, nascido em 1896, militante da UGT, depois da CNT. Quando ocorre o golpe de Estado franquista de 1936, põe-se a frente de uma milícia que desempenha um papel importante nos combates em Barcelona, depois em Aragão, e, enfim, no front de Madri. Foi ali, em 20 de novembro de 1936, que ele foi mortalmente ferido em circunstâncias controversas.

“eles detestam o dinheiro, querem bani-lo, pela força e pelo anátema [mas é] um mal, válido enquanto o resto do mundo não tiver ainda seguido o exemplo de Alcora”.

Contrariamente ao modelo estatista soviético, a entrada na coletividade percebida como um meio de vencer o inimigo, era voluntária. Aqueles que preferiam a fórmula da exploração familiar continuavam a trabalhar sua terra, mas não podiam explorar o trabalho alheio, nem beneficiar-se dos serviços coletivos. Por sinal, as duas formas de produção amiúde coexistentes, não sem conflitos, como na Catalunha, onde os meeiros tornaram-se proprietários de seu terreno. O uso em comum permitia evitar o parcelamento das terras e modernizar a exploração destas últimas.

Os operários agrícolas, que alguns anos antes quebravam as máquinas para protestar contra o desemprego e a redução salarial, utilizaram-nas de bom grado para facilitar seu trabalho. Desenvolveu-se a utilização de adubos e avicultura, os sistemas de irrigação e as vias de comunicação. Na região de Valência, reorganizou-se, sob a égide dos sindicatos, a comercialização das laranjas, cuja exploração fornecia uma importante fonte de divisas. As igrejas que não foram queimadas foram transformadas em prédios civis: entrepostos, salas de reunião, teatros ou hospitais [segundo o historiador Burnett Bollotten, “milhares de pessoas pertencentes ao clero e às classes proprietárias foram massacradas”, na maioria das vezes em represália aos massacres franquistas (La révolution espagnole, ed. Ruedo Ibérico, Paris, 1977)].

E visto que o credo anarquista fazia da educação e da cultura os fundamentos da emancipação, escolas, bibliotecas e clubes culturais foram criados até nas aldeias mais recuadas.

A assembléia geral dos camponeses elegia um comitê de administração, cujos membros não recebiam nenhuma vantagem material. O trabalho era efetuado em equipes, sem chefe, esta função tendo sido suprimida. Os conselhos municipais confundiam-se freqüentemente com os comitês, que constituíam de fato os órgãos do poder local. Geralmente o modo de remuneração era o salário familiar, sob forma de bônus lá onde o dinheiro tinha sido abolido.

Em Asco, na Catalunha, por exemplo, os membros das coletividades recebiam um carnê de família. No verso da carta havia um calendário para marcar as datas de compra dos víveres, que só podiam ser recebidos uma vez por dia nos diferentes centros de abastecimento. Essas cartas eram de diferentes cores a fim de que aqueles que não soubessem ler pudessem distingui-los facilmente. A coletividade remunerava ao mesmo tempo o professor, o engenheiro e o médico, cujos atendimentos eram gratuitos.

Esse modo de funcionamento não era desprovido nem de torpor nem de contradições. Kaminski conta como, em Alcora, um jovem, que queria visitar sua noiva que vivia numa aldeia vizinha, devia obter o consentimento do comitê para trocar seus bônus por dinheiro para que pudesse pagar o ônibus. A concepção ascética que os anarquistas tinham da nova sociedade, amiúde se entendia bem com a velha Espanha puritana e machista. Daí, sem dúvida, o paradoxo do salário familiar, que deixava “o ser mais

oprimido da Espanha, a mulher, sob a inteira dependência do homem". (Kaminski, Ceux de Barcelone, ed. Allia, Paris, 1986).

A contra-revolução

As coletividades iriam chocar-se contra as forças políticas hostis à revolução, inclusive no interior do campo republicano. Fraco em julho de 1936, o Partido Comunista da Espanha (PCE) viu crescer sua importância com a ajuda soviética. Ele aplicou a estratégia, pregada por Moscou, de aliança com a pequena e média burguesia contra o fascismo. Como observa Borkenau: "os comunistas não estão com os trabalhadores contra o kulak, mas com o kulak contra os sindicatos".

Assim, no Levante, o ministro comunista da agricultura Vicente Uribe não hesitou em confiar a comercialização das laranjas a um organismo ao mesmo tempo rival do comitê sindical e ligado, antes da guerra, à direita católica, regionalista e conservadora.

Após as jornadas de Maio de 1937, durante as quais os stalinistas e o governo catalão tentaram, ao desencadear confrontos sangrentos em Barcelona, apoderar-se das posições estratégicas ocupadas pelos anarquistas e pelo Partido Operário de Unificação Marxista (POUM, anti-stalinista), o governo central anulou o decreto de outubro de 1936 sobre as coletivizações e assumiu diretamente a defesa e a polícia da Catalunha. Em agosto de 1937, as minas e as indústrias metalúrgicas passaram sob controle exclusivo do Estado. No mesmo momento, as tropas comunistas comandadas pelo general Lister tentaram desmantelar pelo terror as coletividades de Aragão. Reduzidas e atacadas por todos os lados, elas sobreviverão, contudo, até a entrada das tropas franquistas.

No momento da entrada dos anarquistas no governo republicano, Kaminski interrogava-se quanto aos riscos da "eterna traição do espírito pela vida". A vitória do general Franco liquidou essas interrogações.

Vestida de vermelho e negro, a Espanha libertária entrou na história, indene às desilusões desse século. Um dia, um povo sem deus nem amo fez fogos jubilosos com títulos bancários. Nestes tempos em que o dinheiro é rei, eis com que podemos nos reconfortar.

Texto publicado no *Alternative Libertaire*, nº 235, janeiro de 2001.

Traduzido do francês por Plínio Augusto Coêlho.

Os anarquistas na Guerra Civil Espanhola

*Buenaventura Durruti numa entrevista com Pierre Van Paasen
(Toronto Star, setembro de 1936)*

Para nós, é uma questão de esmagar o fascismo de uma vez por todas.

Nenhum governo do mundo combate o fascismo até a morte. Quando a burguesia vê que o poder lhe escapa das mãos, recorre ao fascismo para manter-se. Há muito o governo liberal da Espanha poderia ter retirado o poder dos seus elementos fascistas. Mas em vez disso, contemporizou, transigiu e perdeu tempo. Mesmo agora, neste exato momento, existem homens deste governo que querem facilitar as coisas para os rebeldes. Nunca se pode saber, não é mesmo? – o atual governo ainda pode vir a precisar dessas forças rebeldes para acabar com o movimento operário...

Sabemos o que queremos. Para nós, não importa que haja uma União Soviética, por cuja paz e tranqüilidade Stálin sacrificou os operários da Alemanha e da China. Queremos a Revolução aqui na Espanha agora, imediatamente, e não talvez depois da próxima guerra na Europa.

Estamos hoje dando muito mais preocupações a Stálin e a Hitler com a nossa Revolução do que todo o exército vermelho da Rússia. Para a classe operária alemã e italiana damos o exemplo de como tratar com o fascismo.

Não espero que nenhum governo do mundo dê ajuda a uma revolução libertária. Talvez os interesses conflitantes dos vários imperialismos possam ter alguma influência sobre a nossa luta. É possível. Franco está fazendo o que pode para arrastar a Europa para o conflito. Ele não hesitará em lançar a Alemanha contra nós. Mas não esperemos qualquer ajuda, nem mesmo do nosso governo.

(Pierre Van Paasen interrompe para dizer: “Se vencerem, estarão sentados sobre um monte de ruínas”).

Mas nós sempre vivemos em cortiços e buracos nas paredes. Saberemos como arranjar-nos durante algum tempo. Pois não devem esquecer que também sabemos construir. Fomos nós que construímos os palácios e as cidades na Espanha, na América e em toda a parte. Nós, os operários, saberemos construir outros para tomar o lugar dos que forem destruídos. E ainda melhores. Não temos medo de ruínas. Nós herdaremos a terra. Quanto a isso, não há a menor dúvida. Os burgueses podem fazer explodir e destruir o seu mundo antes de abandonarem o palco da história. Nós trazemos um mundo novo em nossos corações. E esse mundo está crescendo a cada minuto que passa.

Outras publicações...

- **O Indivíduo na Sociedade** – Emma Goldman
- **A Defesa de um Terrorista – Emile Henry**
- **História do Movimento Anarquista no Brasil** – Edgar Rodrigues
- **Entrevistas: Frank Mintz** (membro da CNT francesa)

... Para saber mais sobre o projeto ou como adquirir catálogo e outras publicações editadas e difundidas pela Imprensa Marginal, entre em contato!

Imprensa Marginal

Caixa Postal 665 CEP 01059-970 SP/SP
Imprensa_marginal@yahoo.com.br